

18 MAI 2019

FOLHA DE LONDRINA

Agressões contra

crianças e adolescentes

Isabela Fleischmann

Reportagem Local

A 6ª Vara Criminal de Londrina, responsável pelo atendimento de casos de violência contra crianças e adolescentes, recebeu cem denúncias do tipo apenas nos últimos 12 meses. Levantamento aponta que mil inquéritos estão em andamento. São 600 boletins de ocorrência e 550 ações penais. Dessas, 90% são de crimes sexuais.

O boletim de Análise Epidemiológica da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil, divulgado pelo governo federal no período de 2011 a 2017, na rede pública de saúde, mostrou um crescimento de 184.524 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no País. Praticamente 70% dos casos ocorreram nas casas das vítimas, com agressores conhecidos, parentes ou pessoas próximas.

Durante cerimônia na Câmara Municipal nesta quinta (16), alusiva ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que é neste sábado (18), o promotor Ronaldo Costa Braga lembrou que em boa parte desses casos a criança tampouco sabe que o que está sendo praticado contra ela é um ato sexual. “Não tem noção. Depois de um tempo a criança pode estar sendo enganada pelo abusador, que tenta naturalizar a conduta, porque é uma pessoa de confiança da criança, e há uma dificuldade da revelação muito grande”, disse.

Também durante a cerimônia, a juíza Zilda Romero, da 6ª Vara Criminal, lembra que os abusos costumam ocorrer mais de uma vez. Judicialmente, as punições para esses crimes a crianças e adolescentes são severas: no mínimo oito anos, a serem acrescidos os agravantes. Os julgamentos são difíceis, segundo Romero. “Não pode correr o risco de condenar pessoas inocentes”.

A Vara especializada para esses casos só foi criada em 2010. Realiza, semanalmente, de duas a três audiências de estupro de vulnerável. “Se uma pessoa denuncia, há dez que permanecem em silêncio e têm muita dificuldade de procurar a Justiça porque muitas vezes o agressor é o pai, padrasto, o provedor, e a família prefere não denunciar para não ter dificuldades financeiras”.

Cabe às políticas públicas o atendimento a essa criança, não só no momento da audiência, mas durante todo o processo. Segundo Braga, quando a família acoberta esse tipo de caso, a dificuldade de punição e de estabelecer a criança em um local seguro é grande. “Há muitas revelações de abuso sexual feita por crianças para professores e outros membros da escola porque ela não encontra segurança para denunciar o abusador na família.”

“A escola, por ser uma instituição que ocupa um lugar privilegiado na rede de atenção à criança e ao adolescente, deve assumir papel de protagonista na prevenção da violência sexual”, salienta o guia de

referência aos educadores da ONG (Organização Não Governamental) Childhood.

De acordo com um levantamento da Childhood, baseado em reportagens veiculadas em 2018, apenas 16% dos agressores de violência sexual contra crianças e adolescentes são desconhecidos das vítimas. O Hospital Infantil Pequeno Príncipe, de Curitiba, resalta que 76% dos casos atendidos são de violências intrafamiliares.

Para a promotora Susana Lacerda, da 6ª Vara Criminal, falta investimento do governo na questão dos abusos e estupros a crianças e adolescentes. Crimes que atingem a dignidade sexual inclusive pela internet. “Os pais acreditam que se os filhos estão dentro de casa, eles estão protegidos e, na verdade, não estão. Não temos hoje nem equipamentos nem pessoal para fazer esse tipo de análise de material, de investigação.”

CONTINUA

18 MAI 2019

FOLHA DE LONDRINA
CONTINUAÇÃO

Promotor cobra estrutura para Nucria

O promotor Ronaldo Costa Braga Braga acrescentou que o Nucria (Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes) de Londrina precisaria de melhor estrutura, já que a demanda é alta e o pessoal, deficitário. Mais de mil procedimentos investigativos estão na mão da delegada Lívia Pini. A maioria sobre crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Quando o Núcleo foi criado, todos os procedimentos do tipo que tramitavam em Londrina foram transferidos para o Nucria.

O Nucria registra uma média de 30 novos casos mensais para apenas uma delegada, uma escrivã e duas equipes de investigação. Os servidores ainda acumulam funções, já que também atuam no plantão central de Londrina. Segundo a delegada, o núcleo ainda acumula demandas como atividades de prevenção por meio de cursos e palestras e reuniões para a estruturação da rede municipal de proteção à criança. "Essa grande demanda nos forçou a adotar critérios de filtragem e priorização dos casos que nos chegam." Critérios que, de acordo com Pini, têm o objetivo de garantir a adoção de diligências urgentes nos casos novos, sem deixar que procedimentos antigos caiam no esquecimento.

"É extremamente desgastante para toda a equipe não conseguir dar um desfecho célere a todos os crimes, considerando que são todos gravíssimos.

Estamos focando em tecnologia para tentar otimizar os recursos humanos disponíveis e priorizando as oitivas audiovisuais, que garantem um procedimento mais rápido e uma prova de melhor qualidade", destacou.

A Polícia Civil informou que reconhece o problema histórico da falta de efetivo, mas que concursos públicos não dependem exclusivamente da corporação. Por meio de nota, afirmou que "a designação do número de policiais em cada unidade é decidida com base em critérios técnicos e constantes estudos de alocação de recursos". Um concurso público para a contratação de escrivães está em andamento. "Em breve os candidatos, aprovados nas primeiras fases, serão convocados para o teste de aptidão física. A lista de aprovados deve sair até outubro deste ano."

EM LONDRINA

Uma lei federal que entrou em vigor em abril de 2018 regulamentou a proteção e como as crianças e adolescentes vítimas de violência devem ser ouvidas durante a apuração, por meio da escuta especializada. Trabalho que deve ser feito pela rede de proteção: conselheiros tutelares, servidores de unidades básicas de saúde e professores. "Municípios aqui da região, muito menores que Londrina e com menos condições e estrutura, já estão mais articulados e obedecendo essa lei. Em Londrina, ainda enfrenta-se muita dificuldade", argumenta a promotora Susana Lacerda.

A secretária de Assistência Social de Londrina, Jacqueline Micali, alegou que a escuta especializada é feita. Ficar atento ao que a criança diz (a escuta especializada) e a produção de provas são coisas distintas, segundo ela. A produção de provas, apontou, é de responsabilidade do Judiciário, que não tem equipe para isso, por isso quem acaba fazendo essa função - que deveria ser do Estado - é o município, que fornece uma psicóloga ao Nucria. Na manhã deste sábado (18), uma panfletagem sobre abusos a crianças e adolescentes será promovida pela Assistência no Calçadão. (Colaborou Guilherme Marconi)(I.F.)

18 MAI 2019

FOLHA DE LONDRINA

Decisão pacífica disputa em torno da área da Mata dos Godoy

Obras "paradas" por conta de liminar poderão ter continuidade. Belinati comemora decisão, "uma das mais importantes para Londrina". Cabe recurso

“

Objetivo é não comprometer desenvolvimento socioeconômico de populações dos distritos”

Vitor Struck
e Nelson Bortolin

Reportagem local

Uma decisão do juiz Marcos José Vieira, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, aparentemente pacificou uma disputa entre ambientalistas, a Prefeitura e empresários da construção civil. Em 2015, O magistrado havia concedido liminar em ação movida pela ONG MAE (Meio Ambiente Equilibrado) impedindo o Município de expedir alvarás para novos empreendimentos numa área que tomava boa parte da zona sul da cidade.

A ONG entendia que toda a região era Zona de Amortecimento da Mata dos Godoy e, portanto, não poderia ser considerada como urbana.

Ao examinar o mérito, o juiz apresentou nesta semana sua sentença. Ele considerou inconstitucional parte das

leis municipais 11.661/2012 e 12.236/2015, que tratam do uso e ocupação do solo, que expandem a zona urbana e zona de expansão urbana para próximo da mata.

A liminar tinha como base a portaria do IAP (Instituto Ambiental do Paraná) 217/2002. Já a decisão desta semana levou em consideração a portaria 160/2016, do mesmo órgão, que reduziu o tamanho da área considerada como zona de amortecimento.

Segundo laudo pericial, em 2002, o IAP havia definido como zona de amortecimento uma área que tomava 0,61 quilômetro quadrado do que era então definido como área urbana da cidade. E ainda mais 23,58 quilômetros quadrados da área de expansão urbana. Essa mudança causou uma série de litígios.

Provocado pelo juiz, em 2016, o instituto propôs novo

“

Existem pontos controversos abordados na sentença que ainda deverão ser ponderados”

traçado para essa zona de amortecimento no intuito de mitigar os pontos de conflitos existentes.

O magistrado manteve as áreas dos distritos de São Luiz e do Patrimônio Regina (vinculado ao Distrito de Espírito Santo) como zonas urbanas, ainda que localizadas na Zona de Amortecimento de 2016.

No entanto, o magistrado julgou improcedentes os pedidos da ONG de anulação de licenças e autorizações e de remoção de empreendimentos já expedidos. Para isso, embasou a decisão em princípio jurídico específico para casos alvos de contradições jurídicas, chamado *defeasibility of rules*, ou “superação de regras”. O objetivo é não comprometer em larga medida o “desenvolvimento socioeconômico de populações inteiras que vivem em distritos”, justificou.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

LAUDO PERICIAL

Além disso, destacou com base em laudo pericial, que os pontos de localização dos empreendimentos que já tiveram alvarás emitidos e projetos aprovados pelo Município “encontram-se nos limites da Zona de Amortecimento instituída pela Portaria 217/2002, sendo que nenhum dos empreendimentos/atividades inserem-se na área da ZA da portaria 160/2016”, atesta.

Com base no mesmo princípio, Vieira não concedeu outra solicitação da ONG MAE, de proibir o município de Londrina de definir diretrizes de zoneamento na região da Zona de Amortecimento, uma vez que isto inviabilizaria o próprio município de solicitar o cumprimento da legislação e de diretrizes fundamentais de sustentabilidade às autoridades policiais, caso necessário, por exemplo.

Finalmente, Vieira determinou que o município pague metade das custas processuais e honorários advocatícios devidos à ONG.

RÉCURSO

Questionado, o presidente da ONG MAE, Gustavo Góes, entende que esta decisão deve ser comemorada. No entanto, outros pontos vão ser analisados e podem ser alvos de um recurso.

“Foi procedente no sentido de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade das leis de expansão urbana e zoneamento que se sobrepuseram ao perímetro da zona de amortecimento do Parque Estadual Mata dos Godoy. Todavia, ainda existem pontos controversos abordados na sentença que ainda deverão ser ponderados e melhor avaliados no decorrer dos próximos dias”, afirma Góes.

18 MAI 2019

18 MAI 2019

FOLHA DE LONDRINA

MP denuncia proprietários de clínicas psiquiátricas

Viviani Costa

Reportagem Local

O Ministério Público apresentou denúncia na 3ª Vara Criminal contra os proprietários da Clínica Psiquiátrica de Londrina e da Villa Normanda Clínica Psiquiátrica Comunitária. No documento assinado pelos promotores de Defesa da Saúde Pública, Paulo Tavares, e do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), Leandro Antunes e Jorge Barreto, os diretores das instituições e três enfermeiras são acusados de cárcere privado, maus-tratos, falsidade ideológica, perigo para a saúde de outros pacientes e peculato.

O fato investigado pelos promotores teria ocorrido entre dezembro de 2015 e janeiro de 2016. Um paciente da Clínica Psiquiátrica de Londrina teria sido vítima de estupro praticado por outros cinco internos. Conforme o promotor Paulo Tavares, exames realizados pelo IML (Instituto Médico-Legal) e um boletim de ocorrência estão entre as provas anexadas à denúncia que tramita sob sigilo. Além da falta de funcionários no estabelecimento para garantir a segurança do paciente, a vítima, de acordo com as acusações, teria demorado 21 dias após a alta médica para ter a saída autorizada pela equipe do hospital, o que configuraria cárcere privado. O abuso sexual não teria sido relatado em prontuário.

A denúncia foi protocolada nesta quinta-feira (16). O advogado de defesa dos proprietários das clínicas, Walter Bittar, não havia tido acesso ao documento até o início da tarde desta sexta-feira (17). A diretora das clínicas, Carolina Nicolau, reforça que os pacientes são acompanhados 24 horas por dia. “Os pacientes são assistidos, de forma sistemática, por uma equipe multidisciplinar. Essa suposta denúncia muito me assustou e me chocou”, ressalta.

Segundo Nicolau, não houve registros na ouvidoria da instituição relacionados a crimes de abuso sexual e os representantes nunca foram comunicados sobre a formalização do boletim de ocorrência ou sobre o andamento de uma possível investigação pela Polícia Civil.

Atrasos na liberação de pacientes, conforme a diretora, ocorrem muitas vezes em razão da própria rejeição familiar ou da falta de transporte disponibilizado por municípios da região para o retorno ao lar após o tratamento. Nesta sexta-feira, seis pacientes, enfrentavam essa situação. “Quando isso ocorre e nós não conseguimos dar alta, comunicamos o município, o Estado e o próprio Ministério Público. Não se trata de cárcere privado. Os pacientes quando saem precisam de cuidados especiais que devem ser feitos por pessoas responsáveis”, alega.

Nicolau garantiu ainda que as clínicas realizam atendimento há, aproximadamente, 50 anos e são fiscalizadas diariamente pelo município e pelo Estado com

notas máximas de avaliação. O Ministério Público recomendou que a prefeitura rompa o contrato com as clínicas em razão de várias irregularidades que teriam sido apuradas durante investigação. Porém, o município aguarda o resultado de um procedimento administrativo interno para analisar a questão. “Nós anexamos mais de 500 páginas com documentos mostrando que essas acusações do Ministério Público são absurdas e inverídicas”, argumenta o advogado Walter Bittar. Os proprietários das clínicas permanecem afastados das funções.

FOLHA DE LONDRINA

Dirceu alega viagem de

carro por atraso na chegada a Curitiba

Ricardo Galhardo
Agência Estado

São Paulo - A defesa do ex-ministro José Dirceu comunicou à Justiça Federal de Curitiba que o petista só deveria chegar à noite na Superintendência da Polícia Federal, onde deveria ter se apresentado até as 16h dessa sexta-feira (17).

Segundo os advogados de Dirceu, um acidente na rodovia BR-116 provocou um congestionamento, atrasando o cronograma de viagem do militante petista.

"Houve um acidente no caminho", disse o ex-deputado Wadih Damous (PT-RJ), ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro, que integra a defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aguardava a chegada de Dirceu à PF de Curitiba.

O ex-ministro optou por ir de carro de Brasília, onde mora, até Curitiba. São cerca de 1.400 quilômetros de estrada. Em despacho na tarde dessa sexta-feira, o juiz da 13.ª Vara Federal de Curitiba, Luiz Antonio Bonat, disse que foi informado do atraso, mas com outra justificativa.

"(A defesa) esclarece, contudo, que pela distância entre Brasília e Curitiba e pelo mau tempo, o condenado, que saiu de carro, durante a madrugada, da Capital Federal, não conseguirá chegar até as 16:00."

18 MAI 2019

CLAUDIO HUMBERTO

Dirceu teve de se explicar à filha de oito anos

O ex-ministro José Dirceu tomou a estrada às 3h da madrugada de sexta (17) para chegar a Curitiba até as 16h, a tempo de se entregar para cumprir pena de 8 anos e 10 meses de prisão. Mas, antes de partir, o sempre glacial líder do PT viveu uma situação extrema: ele se derramou tentando explicar a Maria Antonia, sua filha de 8 anos e seu xodó, por que teria de viajar de repente e ficar longa temporada fora.

Muito tempo pela frente

Ele está condenado, em segunda instância, a 30 anos pelos roubos na Petrobras e a 8 anos e 10 meses por mais propinas também na estatal.

Dez meses de despedidas

José Dirceu estava solto desde julho do ano passado. Nesses dez meses, percorreu o País fazendo palestras e autografando seu livro.

Vem aí um novo livro

No cárcere, o ex-ministro de Lula vai se dedicar ao segundo volume de suas memórias, que escreve a mão, letra miúda, com poucas rasuras.

Reação? MAZZA

A decisão do TRF-4 pela prisão imediata de José Dirceu pode ser vista como reação aos revezes sucessivos da Lava Jato e que criaram uma atmosfera de tolerância com o crime do colarinho branco em nome de desobediências a princípios constitucionais como alertaram ministros do STJ no julgamento do habeas corpus do ex-presidente Michel Temer. O fato é que ainda há um enrijecimento de posições no STF com votação apertada de 6 a 5, como se deu agora em que um deputado estadual só pode ser preso com autorização legislativa. Aí também mais um recuo do ciclo punitivo deflagrado no país.

Não vai ser fácil restabelecer o equilíbrio rompido, com o que perde o Brasil, sobretudo bases mais firmes para segurança jurídica. Certamente a gangorra persistirá com ora um ora outro setor levando e que terá seu ápice no julgamento do primado da prisão pós decisão de segunda instância, que até aqui mimetizou a questão do Lula preso.

O ESTADO DE S. PAULO

30 medidas do governo já são alvo de ações no STF

18 MAI 2019

● 'Erros'

“A técnica jurídica do governo deixa a desejar. O governo vem incidindo em dois erros: usa decretos e medidas provisórias para elaborar normas que teriam de passar pelo Congresso e atropelado órgãos técnicos responsáveis pela qualidade técnica das regras.”

Oscar Vilhena

PROFESSOR DA FGV

Número é superior ao do início dos mandatos de Dilma e Temer, aponta levantamento

Paula Reverbel
Pedro Venceslau

Medidas provisórias ou decretos elaborados pelo governo de Jair Bolsonaro acumulam, já nos primeiros 135 dias de governo, 30 contestações no Supremo Tribunal Federal, de acordo com levantamento feito pelo Estado. Entre as normas que são alvo de contestação estão o decreto que determinou o contingenciamento das universidades federais, os decretos polêmicos, como o que trata de posse e porte de armas e a medida provisória que proíbe desconto de contribuição sindical em folha.

Para técnicos e ex-ministros, as regras propostas pelo governo Bolsonaro revelam açodamento e falta de rigor técnico, que se traduz em maior judicialização. Especialistas também criticam a falta de qualidade logística, ou seja, do como uma norma é elaborada – separada em artigos, parágrafos, alíneas e incisos, visando a clareza.

Um dos casos é o do decreto que ampliou o direito de porte e posse de armas, assinado na última semana e questionado até pelo Ministério Público Federal (MPF). A possibilidade de que o decreto das armas tenha itens inconstitucionais não foi

descartada pelo chefe de assuntos legislativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Vladimir Passos de Freitas. “Foi tudo muito rápido. Não houve a oportunidade de um aprofundamento”, afirmou essa semana ao UOL, ao comentar a legalidade do decreto.

O texto publicado não leva a assinatura do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, um dos principais responsáveis pelo processo de elaboração normativa do governo.

“O atual chefe da secretaria de assuntos legislativos do ministério da Justiça deu uma declaração dizendo que o decreto de armas estava cheio de inconstitucionalidades, mas, como era um desejo do presidente, não tinha o que fazer. É uma omissão da sua missão de chefe de secretaria de assuntos legislativos para contemplar o chefe porque ele quer. Como é um compromisso de campanha, quer que saia assim mesmo. Fazem isso apressadamente, não têm cuidado. Não há nenhuma preocupação com aspecto formal”, disse ao Estado o jurista Miguel Reale Júnior, ex-ministro da Justiça.

Segundo Oscar Vilhena, professor de direito constitucional da FGV, uma norma que entra em conflito com uma regra superior vai ser derrubada pelo Congresso ou pelo Poder Judiciário. “A técnica jurídica do go-

verno deixa a desejar. O governo vem incidindo em dois erros: usa decretos e MPs (*medidas provisórias*) para elaborar normas que teriam de passar pelo Congresso – na forma de projetos de lei ou propostas de emenda constitucional – e atropela órgãos técnicos responsáveis pela qualidade técnica das regras”.

Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça entre 2014 e 2016, o advogado Gabriel Sampaio disse que, naquela época, o trâmite era bem mais lento para que o debate pudesse ser ampliado.

“Tínhamos uma proposta de trabalho implicava na abertura à participação da sociedade civil, ampliação do envolvimento da academia por meio de editais de estudos normativos e consultas públicas”, afirmou.

Para Torquato Jardim, ex-ministro da Justiça de Michel Temer, o processo era mais apurado na gestão anterior. “Cada governo tem um estilo. No governo Temer, as matérias vinham dos ministérios especializados e passavam pela Subchefia de Assuntos Jurídicos da casa civil, sob o comando de Gustavo Rocha. Ele fazia a coordenação e verificava se era preciso ouvir outro ministério.”

CONTINUA

18 MAI 2019

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Comparação. O número de contestações no STF já supera a quantidade de ações propostas no início de mandato – considerando o mesmo período de tempo – da petista Dilma Rousseff (2) e do emedebista Michel Temer (6). Bolsonaro editou mais decretos que seus dois antecessores (135, ante 78 de Temer e 55 de Dilma) na comparação com nos primeiros 135 dias de governo. No mesmo período, o atual presidente editou 13 MPs, ante 21 do emedebista e 12 da petista.

Defesa. Segundo a Casa Civil, no governo Bolsonaro os atos normativos são propostos pelos ministérios setoriais, que encaminham à Presidência da República um parecer de mérito que atesta a constitucionalidade da proposta.

Esses pareceres são encaminhados à Casa Civil, que dá a palavra final para mérito e para constitucionalidade dos atos. Questionada sobre as contestações, a assessoria do ministério respondeu que “contestação de atos normativos é algo corriqueiro e faz parte da dinâmica política”.

18 MAI 2019

O ESTADO DE S. PAULO

A ameaça de Bolsonaro



O presidente Jair Bolsonaro considera impossível governar o Brasil respeitando as instituições democráticas, especialmente o Congresso.

Em sua visão, essas instituições estão tomadas por corporações – que ele não tem brio para nomear – que inviabilizam a administração pública, situação que abre caminho para uma “ruptura institucional irreversível” – conforme afirma em texto que fez circular por WhatsApp ontem, corroborando-o integralmente, como se ele próprio o tivesse escrito.

Ao compartilhar o texto, qualificando-o de “leitura obrigatória” para “quem se preocupa em se antecipar aos fatos”, Bolsonaro expressou de maneira clara que, sendo incapaz de garantir a governabilidade pela via democrática – por meio de articulação política com o Congresso legitimamente eleito –, considera natural e até inevitável a ocorrência de uma “ruptura”.

Não é de hoje que o presidente se mostra inclinado a soluções autoritárias. Depois da posse, Bolsonaro mais de uma vez manifestou desconforto com a necessidade de lançar-se a negociações políticas para fazer avançar a agenda governista no Congresso. Confundindo deliberadamente o diálogo com deputados e senadores com corrupção, o presidente na verdade preparava terreno para desqualificar os políticos e a própria política – atitude nada surpreendente para quem passou quase três décadas como parlamentar medíocre a ofender adversários e a louvar a ditadura militar. Não por acaso, o próprio Congresso parece ter desistido de esperar que Bolsonaro se esforce para dialogar e resolveu tocar por conta própria a agenda de reformas.

Desde sua posse como presidente, Bolsonaro vem demonstrando um chocante despreparo para o exercício do cargo, mas o problema podia ser contornado com a escolha de ministros competentes. Com exceção de um punhado de assessores que realmente pa-

recem saber o que fazem, porém, o governo está apinhado de sabujos cuja única função ali parece ser a de confirmar os devaneios do presidente, dos filhos deste e de um ex-astrólogo que serve a todos eles de guru, dando a fantasias conspiratórias ares de realidade.

O texto que Bolsonaro divulgou – recomendando que fosse passado adiante – diz que “bastaram cinco meses de um governo atípico, ‘sem jeito’ com o Congresso e de comunicação amadora para nos mostrar que o Brasil nunca foi, e talvez nunca será, governado de acordo com o interesse dos eleitores”. Segundo o texto, o presidente “não aprovou nada, só tentou e fracassou” porque “a agenda de Bolsonaro não é do interesse de praticamente nenhuma corporação”. Nas atuais circunstâncias, “a continuar tudo como está,

as corporações vão comandar o governo Bolsonaro na marra” – e, “na hipótese mais provável”, diz o texto, “o governo será desidratado até morrer de inanição, com vitória para as corporações”. Mas diz também que é “claramente possível” que o País fique “ingovernável”, igualando-se à Venezuela. Aí entraria a tal “ruptura institucional” de que fala o texto chancelado por Bolsonaro – que o usou para ilustrar o risco que diz correr de ser assassinado pelo “sistema”.

Isso é claramente uma ameaça à Nação. Conforme se considere o estado psicológico de Bolsonaro e de seus filhos, a ameaça pode ser o tsunami de uma renúncia ou o tsunami de um golpe de Estado em preparação. Pois o presidente não apenas distribuiu o texto, como mandou seu porta-voz dizer que, embora esteja “colocando todo o meu esforço para governar o Brasil”, a “mudança na forma de governar não agrada àqueles grupos que no passado se beneficiavam das relações pouco republicanas”. Em seguida, fez um apelo às ruas: “Quero contar com a sociedade para juntos revertermos essa situação” – e já no próximo dia 26 está prevista a realização de uma manifestação

bolsonarista, contra ministros do Supremo Tribunal Federal e a favor do pacote anticrime do ministro da Justiça, Sergio Moro.

Ao “contar com a sociedade” para enfrentar o “sistema”, Bolsonaro repete o roteiro de outros governantes que, despreparados para a vida democrática – em que a vontade do presidente é limitada por freios e contrapesos institucionais –, flertaram com golpes em nome da “salvação” nacional. Se tudo isso não passar de mais um devaneio, já será bastante ruim para um país que mergulha cada vez mais na crise, que tem seu fulcro não nas misteriosas “corporações” – as suas “forças ocultas” –, mas na incapacidade do presidente de governar.

18 MAI 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Populismo penal

A maioria dos membros da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado sucumbiu à sedução do aplauso popular e ignorou flagrantemente a Constituição. O colegiado aprovou o Projeto de Lei (PLS) 580/2015, de autoria do ex-senador Waldemir Moka (MDB-MS), que obriga presos a ressarcirem o Estado pelos gastos gerados por sua detenção. Nos casos em que os detentos não tenham meios para arcar com as despesas – a esmagadora maioria, é razoável inferir –, a dívida terá de ser paga com trabalho, por meio de um desconto de até 25% dos rendimentos do apenado. O projeto prevê ainda que, em caso de inadimplência, os presos serão cobrados nos mesmos moldes das ações de cobrança da dívida ativa da Fazenda Pública.

O texto aprovado foi um substitutivo apresentado pela senadora Soraya Thronicke (PSL-MS), que incluiu alterações que dizem respeito aos presos provisórios e condições de ressarcimento em caso de absolvição ao final do processo. A parlamentar afirma que mais de 46 mil pessoas se manifestaram favoravelmente ao PLS 580/2015 no portal de consultas públicas do Senado, o e-Cidadania. Apenas cerca de 1.400 se opuseram. “Não podemos ignorar que, por essa amostra, 97% da população brasileira quer que todo preso arque com seus custos (*de re-*

clusão). Eu escuto a voz do povo e, como sua representante neste Parlamento, não posso ser contrária a este projeto”, disse a senadora.

Há sérios problemas nesta declaração. O primeiro, e mais evidente, é a falta de clareza da senadora sobre a natureza do cargo que ocupa. Segundo, a parlamentar toma como uma fiel representação da vontade da maioria do povo brasileiro uma consulta feita por meio da internet sem qualquer metodologia definida. Por fim, e não menos importante, Soraya Thronicke pressupõe que a “voz do povo” esteja sempre correta. Ora, política criminal séria não pode ser pautada por bravatas de apelo popular. A ser ouvida a voz das ruas para este fim, não é difícil imaginar a introdução da pena de morte no Brasil ou, no mínimo, de castigos físicos para determinados tipos de crime. O populismo penal nos levaria à barbárie. O projeto que ela apoia, se examinado nas últimas consequências, restabelece o direito vigente no Brasil Colônia, com o trabalho forçado. Depois disso, o que mais viria?

Na ordem jurídica brasileira, o trabalho é um direito do preso, uma forma de ressocialização. Por meio do trabalho ou do estudo, o apenado pode remir sua pena. É o que está disposto nos artigos 41 e 126 da Lei 7.210/1984, a Lei de Execução Penal (LEP).

É evidente que ouvir a sua base é vital para que o senador ou deputado possa exercer bem o

mandato que recebeu dos eleitores. Mas a consulta há de servir como um dos elementos de orientação de sua atividade parlamentar, e não mero comando a ser posto em marcha sem crivos de ordem jurídica e, sobretudo, moral. Mas viceja no País a pernicioso prática de legislar olhando para as telas dos celulares, ao sabor dos humores das redes sociais. Pouca coisa boa há de vir daí.

A questão do trabalho dos presos no Brasil vem sendo debatida nos meios políticos, sociais e acadêmicos há muito tempo, sem que até hoje tenha havido consenso em relação ao melhor modelo para fazer cumprir o que está previsto em lei há mais de três décadas. Não há sequer estrutura para o trabalho prisional no País. Projetos de lei como o PLS 580/2015 podem soar bem aos ouvidos da parcela da sociedade que, ao fim e ao cabo, defende mais a vingança do Estado do que a ressocialização do criminoso. Trata-se de um desserviço por adicionar ainda mais problemas ao já caótico sistema prisional brasileiro. Os senadores fariam melhor se dedicassem esforços para sanar as mazelas existentes, sem criar outras.

O desvario legislativo ainda pode ser barrado pelo plenário do Senado, para onde o projeto seguirá para votação final. Caso seja aprovado, poderá ser vetado pelo presidente da República. No limite, caberá ao Supremo Tribunal Federal (STF) fazer valer os valores inscritos na Constituição.

18 MAI 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Centrão trabalha para breca nome 'linha-dura' na PGR

Parlamentares do bloco temem escolha do presidente Jair Bolsonaro e defendem a recondução da atual procuradora-geral Raquel Dodge

Naira Trindade

Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, ganhou aliados de peso no Congresso. Parlamentares do Centrão passaram a defender, em conversas reservadas, a recondução dela ao cargo por temer que o presidente Jair Bolsonaro escolha um nome mais "linha-dura", a exemplo de Rodrigo Janot, que fechou dezenas de acordos de delação premiada.

Desde que assumiu o comando da PGR, em setembro de 2017, indicada pelo ex-presidente Michel Temer, Raquel descelerou a homologação de acordos de delação premiada e ainda pediu a rescisão do acordo feito com executivos da J&F. O grupo também vê como "atributo" de Raquel a sua discricção, outra característica que se contrapõem ao estilo de Janot.

Com uma base de apoio de 230 deputados na Câmara, o Centrão tem emparedado o governo sucessivamente. A lógica seria pressionar o Executivo até que comece a atender aos pleitos dos parlamentares.

A escolha da PGR é um tema sensível ao grupo, pois parlamentares de siglas que compõem o bloco, como PP e PSD, são alvo da Lava Jato e outros inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF). O nome indicado por Bolsonaro precisará ser aprovado pelo Senado.

O mandato de Raquel vai até setembro. Embora não tenha

● 'Isenção'

"O critério é a isenção. É alguém que esteja livre do viés ideológico de esquerda, que não tenha feito carreira em cima disso. Que não seja um ativista no passado por certas questões nacionais."

Jair Bolsonaro

PRESIDENTE DA REPÚBLICA, EM DECLARAÇÃO DURANTE A CAMPANHA

submetido seu nome para compor a lista tríplice da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), ela continua no páreo, pois o presidente já indicou que não pretende seguir a sugestão da entidade.

No ano passado, Raquel denunciou Bolsonaro por racismo. O motivo foi uma declaração do presidente de que "quilombolas não servem nem para procriar". Ela também apresentou denúncia contra o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente, por ameaçar uma jornalista em mensagens trocadas por um aplicativo.

O Palácio do Planalto tem dado indicativos de que as denúncias não a prejudicam. A avaliação, contudo, é de que essa sinalização tem mais relação com o fato de ela ainda ter quatro meses no cargo.

O Estado ouviu dois ministros que acompanham as discussões e têm aconselhado Bolsonaro. Um deles diz que Raquel é um nome a ser considerado. Outro vai além e afirma que a atual PGR é uma candidata forte e natural à recondução.

Para o advogado-geral da União, André Mendonça, porém, a discussão sobre a sucessão da PGR é prematura. "No momento oportuno, certamente isso vai ser discutido e o presidente Bolsonaro vai tomar uma decisão que considere os interesses do País", afirmou ao Estado.

Durante a campanha eleitoral, Bolsonaro afirmou que seu único critério para a escolha seria o de um nome sem "viés ideológico de esquerda".

"O critério é a isenção. É alguém que esteja livre do viés ideológico de esquerda, que não tenha feito carreira em cima disso. Que não seja um ativista no passado por certas questões nacionais", disse ele, em outubro passado.

Nessa linha, corre por fora da lista da ANPR o subprocurador-geral Augusto Aras, que fez acenos a Bolsonaro em entrevistas recentes.

Em outra frente, também está na lista o nome do procurador regional Vladimir Aras, que atuou como coordenador de cooperação internacional na gestão de Janot. Ministros do Supremo, porém, fizeram chegar ao presidente Bolsonaro que ficaria "insatisfeito" caso não fosse respeitada a indicação de um subprocurador-geral, seguindo a hierarquia da carreira.

CONTINUA

18 MAI 2019

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Lista. A eleição da lista tríplice da ANPR está marcada para em 18 de junho. Os candidatos farão o primeiro debate público na sede da Procuradoria Regional da República no Pará, em Belém, na próxima segunda-feira.

Desde 2003, primeiro ano da era Lula, o nome mais votado da lista tríplice é escolhido para comandar o Ministério Público. A regra, que não está prevista em lei, só foi quebrada em 2017, pelo ex-presidente Michel Temer, ao indicar Raquel, a segunda colocada na lista da associação.

Também estão no páreo neste ano, o ex-presidente da ANPR José Robalinho, os procuradores regionais Lauro Cardoso e Blau Dalloul, além dos subprocuradores Mário Bonsaglia, Paulo Bueno, Antonio Carlos Fonseca e Nívio de Freitas.

PARA ENTENDER

A sucessão de Raquel Dodge

● Mandato

É atribuição do presidente da República escolher, a cada dois anos, o chefe do Ministério Público Federal.

● Lista tríplice

A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) promoverá no dia 18 de junho uma eleição interna que sugere três nomes para ocupar o topo da instituição. A lista será levada para o presidente da República, Jair Bolsonaro.

● Indicação

Tradicionalmente, a lista tríplice é apresentada ao chefe do Executivo, que pode escolher um nome, independentemente da colocação na eleição da categoria. O presidente, no entanto, não é obrigado a indicar nenhum eleito pela classe dos procuradores.

● Candidatos

Disputam a lista tríplice José Robalinho Cavalcanti, Lauro Cardoso, Blau Dalloul, José Bonifácio da Andrada, Luiza Cristina Frischeisen, Vladimir Aras, Mário Luiz Bonsaglia, Paulo Eduardo Bueno, Antonio Carlos Fonseca Silva e Nívio de Freitas.

● Concorrentes 'por fora'

Raquel Dodge não se inscreveu para disputar a lista tríplice da ANPR, mas isso não impede que ela seja a escolhida do presidente para um segundo mandato no comando do MPF. O subprocurador-geral Augusto Aras também concorre "por fora".

● Tradição

A tradição de formação da lista tríplice começou em 2001. Daquele ano até 2017, a lista para o cargo de procurador-geral da República só não foi acatada pelo presidente na primeira edição e em 2017, quando Michel Temer escolheu Raquel Dodge.

18 MAI 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça impede Paulista de ficar 24h fechada para Virada

Prefeitura acata decisão judicial e vai manter avenida fechada no domingo no horário habitual, das 10h às 18h

Bruno Ribeiro
Julio Maria

A Prefeitura não poderá fechar a Avenida Paulista para carros durante as 24 horas da Virada Cultural deste ano. A decisão é uma liminar da juíza Patricia Pires, da 3ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública de São Paulo, que atendeu parte de um pedido feito à Justiça por representantes de moradores da região. A Prefeitura disse que vai acatar a decisão e manterá a avenida fechada apenas entre 10h e 18h de domingo.

A programação da Virada não previa um palco bloqueando a Paulista o tempo todo, mas há shows previstos no endereço. A juíza considerou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de 2007 que limita a quantidade de eventos na Paulista ao longo do ano para atender a parte do pedido.

A Virada começa oficialmente às 18h deste sábado, mesmo com uma boa quantidade de atrações antes. O show que pode ser considerado o de abertura, neste horário, será da dupla Palavra Cantada, no Vale do Anhangabaú. O palco principal, que já foi na Estação Julio Prestes em outras edições, passa a ser ali, com capacidade para receber grandes concentrações de público que o secretário de cultura, Alê Youssef, espera que apareçam. Ele fala em 5 milhões de pessoas, o que seria uma marca inédita.

Essas concentrações maiores estarão sobretudo em três palcos. Anhangabaú, onde estarão se revezando madrugada adentro Palavra Cantada (entre 18h e 19h), Caetano, Moreno, Zeca e Tom Veloso (21h às

22h30), Criolo (0h à 1h30), Seun Kuti & Egypt 80, com participação de IZA (3h às 4h30), e a festa Gambiarra (4h30 às 7h), o palco Sertanejo, na Luz, e o Gospel, na Sé.

Menos visível, há uma programação que não deve ter a mesma procura. Eventos menos celebrados mas tão ou mais instigantes. No Teatro Municipal, uma imersão vai levar as pessoas para um passeio pelas dependências “mal assombradas” do prédio. A Experiência no Theatro Municipal conduz o público para caminhar por lugares desconhecidos por ali.

COLUNA DO ESTADÃO

● **Fvi.** O Ministério Público paulista já sente os efeitos da reforma da Previdência: 40 pedidos de aposentadoria neste ano. O órgão tem hoje 300 vagas aguardando serem preenchidas e teme uma nova debandada se a mudança nas regras forem aprovadas sem alterações.

● **Vou.** A OAB deve indicar na segunda-feira Marcos Vinicius Jardim (AC) e André Godinho (BA) para o Conselho Nacional de Justiça. Fernanda Marinela (AL) e Sandra Krieger (SC) são favoritas para as vagas dos advogados no conselho do Ministério Público.

18 MAI 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Liminar barra alterações no Condephaat

Uma decisão liminar da Justiça de São Paulo determinou ontem a anulação das alterações feitas pelo governador João Doria (PSDB) no Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (Condephaat). As mudanças, que incluem a redução da participação de universidades, foram criticadas por instituições e especialistas da área e contestadas em um abaixo-assinado, com 2.274 assinaturas.

Em decisão liminar, o juiz Otávio Tioiti Tokuda considerou que o decreto fere o “princípio de publicidade”, “desrespeitando o princípio transparência”. Ele destacou ainda que a redução da participação de universidades e a nomeação “genérica” de profissionais de “notório saber” afasta a “paridade entre governo e sociedade civil”.

Ação foi ajuizada pela promotora Cláudia Cecília Fedeli. Um dos argumentos principais é que as mudanças não poderiam ser feitas por decreto, mas apenas por meio de uma nova lei.

O decreto prevê a mudança de 30 para 24 conselheiros, com a redução de 13 para 5 no número de representantes de universidades. Do total de cadeiras, a alteração reserva 12 para o governo e 3 para “profissionais de notório saber”, escolhidos por Doria. As demais vagas são do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, Instituto de Arquitetos do Brasil, Instituto de Engenharia de São Paulo e Associação Paulista de Municípios.

Em nota, a gestão Doria informou que não foi oficiada da decisão, mas que irá recorrer. /

PRISCILA MENGUE

Em cenário de cortes, STF prevê mais gastos

Entre compra de carros novos e reformas, gestão Toffoli estima R\$ 29,5 mi em despesas

• Média mensal

R\$ 15,6 mi

é o valor médio mensal de despesas não obrigatórias da gestão do ministro Dias Toffoli na presidência do STF – R\$ 2,48 milhões a mais do que eram gastos por mês com a ministra Cármen Lúcia

Rafael Moraes Moura
Lorena Rodrigues / BRASÍLIA

Alheio ao cenário de contingenciamentos e corte de gastos na administração pública, o Supremo Tribunal Federal (STF) abriu os cofres para despesas que envolvem a rotina da Corte. Entre os gastos previstos pela gestão do ministro Dias Toffoli – estimados em R\$ 29,5 milhões –, estão a compra de veículos blindados, a troca de aparelho de telefone fixo, a reforma no gabinete da presidência do tribunal e refeições com lagosta e rótulos de vinhos agraciados com premiações internacionais.

No caso do controverso “edital da lagosta e do vinho”, a compra de R\$ 481,7 mil foi contestada em ações populares na Justiça, mas acabou liberada. Em gestões passadas, o próprio refeitório do Senac frequentado pelos servidores do Supremo (contratado por R\$ 30 mil) era usado

para as refeições especiais de convidados. O STF alega que a aquisição reproduz contrato semelhante firmado pelo Itamaraty, mas um ministro ouvido reservadamente aponta que o tribunal não costuma receber autoridades para jantares, o que não justificaria a despesa.

Conforme revelou o Estado, a compra foi criticada em texto compartilhado pelo presidente Jair Bolsonaro pelo WhatsApp, que afirma que as lagostas do STF são “só a face gourmet do nosso absolutismo orçamentário”.

Levantamento feito pela associação Contas Abertas a pedido do Estado aponta que durante a presidência da ministra Cármen Lúcia, antecessora de Toffoli no comando do STF, a média mensal das despesas discricionárias ficou em R\$ 13,142 milhões – são os gastos não obrigatórios, que incluem o custeio da máquina pública, investimentos e pagamentos de progra-

mas. Já na gestão Toffoli, o valor subiu para R\$ 15,625 milhões por mês, o que representa um aumento de R\$ 2,48 milhões.

Um dos maiores projetos é a mudança dos estúdios da TV Justiça e da Rádio Justiça para um prédio a ser reformado pela Aeronáutica. O custo estimado é de R\$ 17 milhões.

Apesar das tratativas em andamento, um relatório interno da diretoria da TV Justiça, obtido pelo Estado, aponta para os riscos com a transferência para o novo endereço. “O parque técnico da TV Justiça está obsoleto e corre um grande risco de não funcionar, caso seja desligado e religado em um novo local, com o perigo real de perda de arquivos de imagens e outros dados”, diz o documento.

CONTINUA

19 MAI 2019

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O STF alega que, como o projeto não foi concluído, “não é possível apontar valores globais”, mas defende o investimento. “As melhorias nos canais de comunicação pública do STF serão custeadas com remanejamentos internos no orçamento”, observou o tribunal. Para um segundo ministro ouvido pela reportagem, Toffoli busca deixar um “legado” em sua gestão, tal como o rei Luís XIV, na França. “É só ver Versalhes”, diz esse magistrado, em referência ao palácio do “Rei Sol”.

Enquanto discute um novo prédio para abrigar a TV Justiça, o Supremo prepara mudanças em sua sede, abrindo edital para a restauração das esquadrias das fachadas por R\$ 6,5 milhões. O objetivo é reforçar a segurança das janelas, que ganharão vidros mais resistentes.

A preocupação com a segurança também levou o tribunal a comprar, por R\$ 2,8 milhões, 14 novos veículos blindados do modelo Ford Fusion SEL, que serão usados pelos ministros em Brasília, repetindo prática adotada no Rio e em São Paulo.

A lista de gastos do Supremo inclui ainda a substituição de aparelhos telefônicos por até R\$ 2,3 milhões. Serão substituídos 1.250 aparelhos (de um total de 2.400) que foram comprados em 2010, “para os quais já não há mais possibilidade de atualização tecnológica”.

O próprio gabinete da presidência do Supremo foi “reapaginado” na gestão de Toffoli e passou por uma reforma de R\$ 443.908,43 que incluiu um chuveiro e a substituição de carpete por piso frio. O carpete retirado foi instalado em 2001 e provocou alergia no presidente do Supremo.

DESPESAS

R\$ 17
milhões

Gasto estimado com a reforma do prédio que abrigará as novas instalações da TV Justiça, segundo fontes ouvidas pela reportagem. O projeto, no entanto, ainda não foi finalizado e está sujeito a alterações.

R\$ 6,5
milhões

Valor do edital para restauração de esquadrias das fachadas da sede do Supremo, em Brasília.

R\$ 2,8
milhões

Compra de 14 veículos blindados para os ministros do tribunal.

R\$ 2,3
milhões

Substituição de aparelhos telefônicos e atualização de software.

R\$ 481,7
mil

Valor do contrato firmado para refeições de autoridades. O menu inclui medalhões de lagosta e vinhos importados.

R\$ 443,9
mil

Reforma (já concluída) no gabinete da presidência do STF que incluiu a troca de carpete por piso frio e até mesmo a instalação de um chuveiro.

CONTINUA

Gestão Toffoli reduziu custos em 36%, afirma tribunal

Assessoria do STF diz que economia foi alcançada por meio da renegociação dos contratos em vigor

A Secretaria de Comunicação Social do Supremo Tribunal Federal (STF) informou ao Estado que a gestão do presidente Dias Toffoli tem adotado um conjunto de medidas para reduzir gastos e melhorar a prestação de serviços, por meio de renegociações e mudanças de contratos, com economia de até 36% sobre valores iniciais. De acordo com o tribunal, as despesas do Supremo são definidas em conformidade com “o planejamento estratégico” da Corte.

Sobre as mudanças nas instalações da TV Justiça e Rádio Justiça, o STF alegou que “como o projeto de transição não foi concluído, não é possível apontar valores globais para essa operação, para a qual ainda não foi realizada nenhuma licitação”. A Aeronáutica, por sua vez, informou que o valor exato da obra só poderá ser determinado após a conclusão do projeto, ainda em fase de elaboração.

De acordo com a assessoria do Supremo, a troca no sistema de telefonia permitirá a economia anual de R\$ 100 mil. Serão substituídos 1.250 aparelhos (de um total de 2.400) que foram comprados em 2010, “para os quais já não há mais possibilidade de atualização tecnológica e nem de reparos técnicos, por conta da indisponibilidade de peças e de sistemas”.

O novo contrato de telefonia prevê sistema de call center para atender aos advogados de todo o País, videoconferência com gravação e comunicação remota entre servidores do STF. Os aparelhos antigos deverão ser doados.

O tribunal também reiterou

que o contrato de alimentação de R\$ 481 mil – conhecido como o “edital da lagosta” – reproduz as especificações e características de contrato semelhante firmado pelo Ministério das Relações Exteriores, já analisado e validado pelo Tribunal de Contas da União.

Ao defender o edital na Justiça, a Advocacia-Geral da União (AGU) sustentou que o Supremo realiza “diversos eventos institucionais” com representantes dos outros Poderes e agendas institucionais com autoridades, tribunais e organismos internacionais. “Neste ano de 2019, o STF realizará eventos setoriais no âmbito da Presidência pro tempore brasileira do Mercosul e da cúpula dos Brics”, sustentou a AGU.

O STF afirmou ainda que economiza R\$ 6 milhões por ano com o não preenchimento de cargos. “É por conta do êxito dessas medidas que o tribunal conseguiu economizar R\$ 46 milhões do orçamento para 2018”, disse a assessoria do tribunal. /R.M.M.

19 MAI 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Poderes. Empenhado em aprovar o pacote anticrime, ministro da Justiça já se reuniu com 106 parlamentares, só atrás de Onyx, responsável pela relação com o Legislativo

Moro privilegia articulação e recebe 1/6 do Congresso



Projeto. Moro tem intensificado agendas com parlamentares

CÔNTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

19 MAI 2019

Caio Sartori
Iander Porcella
ESPECIAL PARA O ESTADO

Ao mencionar na semana passada, de forma elogiosa, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, afirmando que ele “tem feito política”, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), não jogou palavras ao vento. Integrante de um governo que se mantém avesso à articulação com o Congresso, o sisudo ex-juiz da Lava Jato que mandou prender nomes de peso da política nacional não poupa esforços para aprovar o seu pacote anticrime e manter a estrutura de “super-ministério” da sua pasta.

Em menos de cinco meses de governo, ele já se reuniu com 106 parlamentares, segundo levantamento do Estado com base apenas em sua agenda oficial. O ministro teve encontros com mais de um sexto do Congresso e rivaliza no governo com o ministro Onyx Lorenzoni, da Casa Civil, responsável pela articulação política do Palácio do Planalto. Onyx, deputado federal licenciado, esteve com 125 deputados e senadores.

Moro mostra empenho em deixar uma marca na sua passagem pelo Executivo. O ministro já colecionou constrangimentos e derrotas no governo – a última delas no dia 9 deste mês, quando a comissão especial que analisa a medida provisória da reforma administrativa decidiu devolver o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) ao Ministério da Economia. Ter o comando do órgão tinha sido um dos pedidos de Moro ao presidente Jair Bolsonaro antes de assumir a pasta.

Após o revés, Moro intensificou ainda mais os encontros com parlamentares, que já haviam marcado presença de forma massiva no seu gabinete em abril, com média de mais de uma audiência por dia.

Nesses quatro meses e meio de governo, o ministro reservou mais espaço em sua agenda para reuniões com integrantes da

chamada “bancada da bala”, como é conhecida a Frente Parlamentar da Segurança Pública. Foram 44 encontros com deputados ligados à frente, que tem algumas reivindicações abarcadas no pacote anticrime. O presidente do grupo, deputado Capitão Augusto (PR-SP), foi quem mais visitou o gabinete de Moro no período: quatro vezes, empastado com o líder do PSL no Senado, Major Olímpio (SP).

“(O pacote) É uma bandeira dos parlamentares, não tem nada a ver com o governo. Então, esse problema de articulação que hoje existe do Executivo com o Legislativo não vai afetar a votação do pacote porque ele é uma bandeira nossa”, disse Capitão Augusto, que renunciou à vice-liderança do governo em abril com críticas à relação entre o Planalto e o Congresso.

Entre parte dos parlamentares, no entanto, persiste a resistência à figura de Moro. Deputados mais experientes costumam dizer que o ministro da Justiça ainda não abandonou o estilo de juiz, que o faz querer impor ao Parlamento, sem muita paciência para o processo de tramitação, suas ideias para o combate à criminalidade.

“Moro deveria ter tido um diálogo anterior com vários setores da sociedade, inclusive dentro do próprio Ministério da Justiça, antes de formular esta proposta. Agora fica recebendo parlamentares”, afirmou o deputado Rui Falcão (PT-SP).

“O governo utiliza ele como instrumento de propaganda. O governo não fez um gesto, não moveu uma palha para manter o Coaf no Ministério da Justiça”, disse o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que se encontrou com o ministro uma vez e conversou sobre o pacote anticrime e a permanência do Coaf na pasta. “O governo está perdendo apoio popular e ele está indo junto. Se ele ainda quer salvar a biografia, acho que deveria cair fora do governo”, declarou.

No início da semana passada, Moro foi obrigado a negar uma declaração do presidente e disse que não assumiu compromisso com Bolsonaro para ser indicado futuramente a uma cadeira no Supremo Tribunal Federal – a primeira vaga será aberta em novembro de 2020. O presidente recuou da declaração dias depois e negou que a ida do ex-juiz para o governo foi fechada com essa condição.

Uma condição, porém, admitida em público por Moro para encarar o trabalho é a recusa a se tornar um “advogado” do governo. O ministro costuma dar essa resposta quando questionado sobre as investigações que envolvem o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), filho mais velho do presidente, e Fabrício Queiroz, ex-assessor do parlamentar na época em que ele ocupava cargo de deputado estadual no Rio de Janeiro.

Além dos parlamentares, Moro já se reuniu até o momento com oito governadores – é nos Estados que a maioria das políticas de segurança pública é adotada. Mas o ministro mantém o foco de atuação no seu pacote anticrime no Congresso.

Propostas. Para a cientista política Lara Mesquita, da FGV, a articulação do ministro é natural, já que ele optou por fazer parte do mundo da política. “Como o ministro tem uma agenda que depende do apoio legislativo, ele está fazendo o que me parece razoável, que é conversar com parlamentares e apresentar as propostas que tem.”

Antes de intensificar as reuniões políticas em sua agenda oficial, Moro foi alvo de Maia, que o chamou de “funcionário do Bolsonaro” e desqualificou o projeto anticrime (“copia e cola” do ex-ministro da Justiça e ministro do Supremo Alexandre de Moraes). O ministro havia cobrado mais celeridade à tramitação do pacote, o que irritou o presidente da Câmara.

CONTINUA

19 MAI 2019

O ESTADO DE S. PAULO

APROXIMAÇÃO

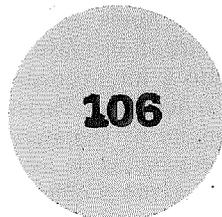
◆ Ministro Sérgio Moro tem se encontrado com parlamentares para articular aprovação do pacote anticrime

CONTINUAÇÃO

Dois meses depois, Maia avalia “que a política tem de olhar o ministro Moro, hoje, de outra forma”. “Agente está reclamando muito que o governo não faz política, e esse ministro, por mais que alguns tenham restrição ou não a ele, ele fez política, tem feito política.”

Procurado, o Ministério da Justiça e Segurança Pública afirmou em nota que as audiências são solicitadas pelos deputados e senadores para tratar de pautas como a “segurança pública em suas bases, investimentos, apoio para projetos de autoria dos parlamentares, contribuições para melhorias legislativas (o que inclui o pacote anticrime) e ações do ministério”. / COLABORARAM MARIANNA HOLANDA e RICARDO GALHARDO

Total de parlamentares



Total de encontros*



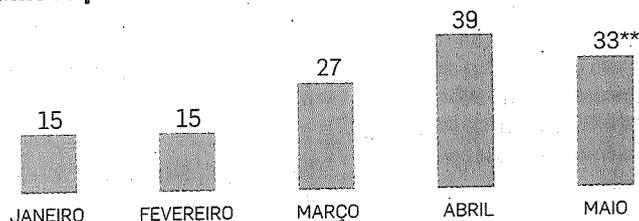
Partidos com mais reuniões oficiais com o ministro

| | |
|--------------------|----|
| PSL | 31 |
| PSD | 13 |
| MDB | 10 |
| DEM | 10 |
| PR | 9 |
| PSDB | 8 |
| Podemos | 8 |
| Cidadania (ex-PPS) | 8 |
| PRB | 6 |
| PSB | 5 |
| PP | 5 |
| PROS | 4 |
| REDE | 3 |
| PTB | 3 |
| Solidariedade | 1 |
| PSC | 1 |
| PDT | 1 |
| Novo | 1 |
| Avante | 1 |
| Sem partido | 1 |

Parlamentares que mais se reuniram com o ministro

| | | |
|---------------------------|---|---------|
| Capitão Augusto (PR-SP) | Deputado Líder da 'bancada da bala' | 4 vezes |
| Major Olímpio (PSL-SP) | Senador Líder do PSL no Senado | 4 vezes |
| Joice Hasselmann (PSL-SP) | Deputada Líder do governo no Congresso | 3 vezes |
| Fernando Bezerra (MDB-PE) | Senador Líder do governo no Senado | 3 vezes |
| Bia Kicis (PSL-DF) | Deputada | 3 vezes |

Reuniões por mês



*MORO SE REUNIU COM UM MESMO POLÍTICO MAIS DE UMA VEZ **ATÉ O DIA 16

FONTE: AGENDA OFICIAL DO MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

19 MAI 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça determina acesso a notas fiscais de Flávio

Vinicius Neder / RIO

A Justiça do Rio ampliou a quebra do sigilo fiscal e bancário do senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) e de seu ex-assessor parlamentar Fabrício Queiroz. A Receita também terá de encaminhar ao Ministério Público do Estado do Rio todas as notas fiscais de bens e serviços adquiridos entre 2007 e 2018 pelo senador, por Queiroz e por mais seis pessoas e uma empresa que já tinham tido o sigilo fiscal e bancários quebrado em decisão anterior da Justiça.

A decisão foi tomada na última quarta-feira pelo juiz Flávio Itabaiana Nicolau, da 27.^a Vara Criminal do TJRJ, e noticiada ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*. No texto, ao qual o Estado teve acesso, o juiz considera a obtenção das notas fiscais como “imprescindível” para o procedimento investigatório. O objetivo, escreveu ele, é “possibilitar o cruzamento (*das notas*) com os dados bancários”.

O Ministério Público apura a prática dos crimes de peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa no gabinete de Flávio – filho mais velho do presidente Jair Bolsonaro – quando ele exercia o mandato de deputado estadual na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj).

Para a defesa de Queiroz, que na sexta-feira entrou com um habeas corpus contra a quebra do sigilo bancário e fiscal, a ampliação da medida reforça seu caráter “desproporcional”. Em nota, Flávio chamou a investigação de “campanha caluniosa” e se disse “vítima de seguidos e constantes vazamentos”.

19 MAI 2019

O ESTADO DE S. PAULO

'Continuo a serviço do País', diz Raquel sobre permanecer na PGR

JULIANA SAMPAIO/BRAZIL FORUM UK



Londres. Raquel Dodge durante o evento Brazil Forum UK

Procuradora-geral da República afirma que terá 'posição tranquila' caso seja convidada por Bolsonaro a ficar no cargo

Célia Froufe

CORRESPONDENTE / LONDRES

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, sinalizou ontem estar disposta a continuar no cargo, caso seja um desejo do presidente da República, Jair Bolsonaro. Raquel já anunciou que não se candidatará à reeleição, mas afirmou a jornalistas que, se fosse indicada por Bolsonaro, teria uma posição "bastante tranquila".

"Continuo a serviço da minha instituição e do meu País", afirmou ela, depois de partici-

par, em Londres, do Brazil Forum UK, congresso anual realizado por estudantes brasileiros da London School of Economics (LSE) e da Universidade de Oxford.

A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) encerrou na última quarta-feira o prazo para integrantes do Ministério Público se inscreverem como candidatos ao cargo de procurador-geral da República e Raquel não se candidatou. Seu mandato atual termina em setembro.

Indicada para o cargo em 2017 pelo então presidente Michel Temer, Raquel Dodge poderá ser reconduzida para um novo mandato de dois anos caso seja indicada por Bolsonaro. A nova eleição acontece no dia 18 de junho.

Nos últimos dias, Raquel ga-

nhou aliados de peso. Parlamentares do Centrão passaram a defender, em conversas reservadas, a recondução da procuradora-geral da República ao cargo.

Segundo apurou o Estado, o motivo é o temor de que o presidente Jair Bolsonaro escolha um nome mais "linha-dura" para a sua sucessão. Com uma base de apoio de 230 deputados na Câmara, o Centrão tem emparelhado o governo sucessivamente. A lógica seria pressionar o Executivo até que comece a atender aos pleitos dos parlamentares.

A escolha da chefia do Ministério Público Federal é um tema sensível ao grupo, pois parlamentares de siglas que compõem o bloco, como PP e PSD, são alvo da Lava Jato e outros inquéritos no Supremo Tribunal Federal. O nome indicado por Bolsonaro precisará ser aprovado pelo Senado. Embora não tenha submetido seu nome para compor a lista tríplice da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), ela continua no páreo, pois o presidente já indicou que não pretende seguir a sugestão da entidade.

Pesaria contra Raquel, porém, o fato de ter denunciado Bolsonaro por racismo. O motivo foi uma declaração do presidente de que "quilombolas não servem nem para procriar". A acusação, apresentada no ano passado, foi arquivada. Ela também apresentou denúncia contra o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente, por ameaçar uma jornalista em mensagens trocadas por um aplicativo. /

COLABORARAM NAIRA TRINDADE e RAFAEL MORAES MOURA

19 MAI 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Os bastidores da relação dos donos da JBS com o poder

'Why Not', livro da jornalista Raquel Landim, mostra como os irmãos Batista usaram conexões em Brasília para construir um império global

Fernando Scheller

Uma passagem no início de 'Why Not', livro da jornalista Raquel Landim sobre a trajetória da JBS, empresa no centro de um intrincado esquema de pagamento de propinas a políticos para garantir o apoio oficial a seus projetos de expansão, define a personalidade do personagem principal, Joesley Batista, ao descrever um episódio de infância. Dona Flora, matriarca da família, desesperou-se porque o filho desaparecera de casa. O pequeno Joesley acabou sendo encontrado dentro de um buraco. Quando questionado sobre o que fazia, disse: "Procurando petróleo".

Trechos como esse são fruto de uma pesquisa detalhada, que começou há dois anos, no dia em que a cartada mais arriscada de Joesley foi revelada: em 17 de maio de 2017, foi divulgada a gravação que o todo-poderoso do grupo J&F – à época, dono não só da JBS, mas também da Alpargatas (dona da Havaianas) e da Eldorado Celulose, entre outros negócios – havia feito de uma conversa no Palácio do Jaburu, em visita que o então presidente Michel Temer manteve fora da agenda oficial.

A essa altura, Joesley, que ao lado do irmão Wesley, havia transformado a JBS na líder global em proteína animal, sentia-se encurralado. Pressionado pelo Ministério Público Federal, viu que sua única opção era a

delação premiada. Ao concordar em contar tudo à Justiça, mas exigir imunidade total em troca, voltou a apostar alto. Seus dois objetivos eram: evitar a prisão e, ao mesmo tempo, salvar os negócios da bancarrota.

A decisão dos irmãos Batista de colaborar com o MPF, disse Raquel ao Estado, partiu da observação de empreiteiros que, àquela altura, já haviam sido enredados nas investigações da Operação Lava Jato. "Eles viram o que aconteceu com Marcelo Odebrecht, que demorou a colaborar, e resolveram se antecipar", explicou a jornalista. Para evitar o mesmo destino, Joesley estava mais uma vez disposto a apostar quase tudo: valia até gravar o presidente.

A ousadia dos irmãos – tanto na disposição em comprar empresas e fazê-las crescer quanto em agradar a políticos para atingir seus objetivos – é mostrada em detalhes em *Why Not*. A edição facilita a vida do leitor: contém um glossário dos partidos políticos mencionados e uma linha do tempo que detalha desde as origens humildes do negócio até as sucessivas compras bilionárias que o grupo fez depois de 2010, com ajuda de bancos públicos, como BNDES e Caixa, e de fundos de pensão.

A trajetória dos irmãos Batista ainda tem final aberto – eles ficaram meses na cadeia, mas hoje respondem processo em liberdade –, por isso, a narrativa de *Why Not* termina em 2017,

quando os dois líderes do império da carne foram presos em questão de dias. Como muita coisa aconteceu desde então, de vendas de negócios bilionários a eventos da vida pessoal de Wesley e Joesley, o livro traz ainda um epílogo que resume eventos posteriores – atualizado até o dia da obra ir à gráfica.

Embora a história dos empresários ainda esteja em curso, Raquel disse que Joesley já conseguiu parte do que queria. Ao contrário da Odebrecht, que passa por dificuldades, a JBS vai bem – seu lucro foi de mais de R\$ 1 bilhão no primeiro trimestre de 2019. Quanto à outra meta – se livrar de um período mais longo atrás das grades –, resta esperar por um capítulo ainda a ser escrito: "Isso só a Justiça vai dizer."

Cesar Maia, ex-prefeito do Rio e vereador (DEM)

'Indicação de Moro para STF é movimento para 2022'

Para ex-prefeito do Rio, ao anunciar ex-juiz para vaga na Corte, Bolsonaro elimina 'principal' rival na próxima eleição

Mônica Ciarelli

Wilson Tosta / RIO

O ex-prefeito do Rio e vereador Cesar Maia (DEM) viu no anúncio do presidente Jair Bolsonaro de que poderia nomear o ministro da Justiça, Sérgio Moro, para o Supremo Tribunal Federal (STF) como um primeiro movimento da sucessão presidencial de 2022. A vaga será aberta em um ano e meio com a aposentadoria do decano da Corte, Celso de Mello. "Ele (Bolsonaro) precisa tirar da frente aqueles que são adversários muito fortes, que é o caso do Moro", diz o ex-prefeito e pai do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, ao **Estado**. A seguir, os principais trechos da entrevista.

● São só cinco meses, mas foram meses muito agitados. Esperava-se esse desgaste tão grande, essa perda de popularidade tão forte?

Temos de analisar o comportamento dos personagens. O presidente (*Jair Bolsonaro*), por exemplo. Por que ele lança o ministro Sérgio Moro como nomeado ao STF? Por uma razão muito simples, porque Moro é adversário do Bolsonaro como presidente da República. A maneira que ele encontrou de eliminar esse adversário foi nomeá-lo para o STF.

● Ele já tira uma carta do baralho?

A principal, a única carta. Ele elimina o principal adversário, não tem dúvida nenhuma. Pode fazer a pesquisa que você quiser entre Moro e Bolsonaro, você vai ver o que vai dar.

Mostra que o próprio presidente está preocupado com o desdobramento de tudo isso. Ele precisa tirar da frente aqueles que são adversários muito fortes, que é o caso do Moro.

● O sr. vê o ministro como potencial adversário do Bolsonaro em 2022? Quem o sr. enxerga nesse universo?

No campo de pensamento do Bolsonaro, só tem o Moro. Fora do campo dele, hoje, vai ter que se construir essa liderança.

● De acordo com várias pesquisas, no fim das eleições Bolsonaro tinha uma aprovação de 49%. Mas de lá para cá, essa aprovação vem caindo e, em março, se estabiliza em 32%, 35%. Como avalia essa trajetória?

Primeiro, como se explica a performance final do Bolsonaro nas eleições? O que muitos acreditam, e eu acompanho, é que a facada gerou um efeito vitimização. Saiu de vinte e poucos por cento e subiu para quarenta por cento. Mas aí esse efeito passa, a eleição termina, vêm as entrevistas, a posse. Passado todo esse processo, as pessoas digerem aquilo, sedimenta-se, aquilo que se imagina vitimização não é mais. É o presidente da República, cercado de polícia, militares, Polícia Federal. Com isso, vem uma acomodação, que deveria ser o patamar dele, que é de trinta e poucos por cento. Temos de aguardar, dar tempo. A expectativa hoje é a de que a economia no primeiro trimestre tenha um crescimento negativo; como dizem os economistas. Isso tudo passa para o governo, que tem os elementos de impacto, de publicidade, de rede social, o que você quiser... O governo Bolsonaro passa a ter só esses elementos. Priorizar as redes

sociais não adianta mais, eles foram para a televisão.

● A rede social se esgotou?

A tradução que está sendo dada às redes não corresponde à realidade. As redes empoderam o indivíduo; o indivíduo, uma vez com o poder que tem, convencido de alguma coisa, vai propagando isso. Mas não é um sistema partidário. É por isso que Bolsonaro tem dado muitas entrevistas na televisão. Naturalmente, ele acha que precisa da televisão para recuperar o prestígio. As redes sociais cumpriram um papel e continuarão cumprindo, é um papel importante, mas menor do que se imaginava, que resolvia tudo. Eles estão sentindo que não é assim. Então, precisam da televisão para gerar um efeito multiplicador maior. Estranho é que ele use pouco o rádio.

● Como vê a ação do presidente?

Não sei se o presidente é inábil. Ele sempre foi isso que é, tem uma liderança dos militares, dos policiais. Na hora que ele acha que pode extrapolar e não dá certo, ele tem de corrigir. Ele tem corrigido algumas coisas. Quando ele corre para o negócio do armamento, isso é uma derrota anunciada. Quando vai passar essa lei? Fico me perguntando porque ele faz um decreto daquela longitude (*o decreto das armas*) e pública. Só tem uma explicação: ele foi feito para ser derrubado.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

20 MAI 2019

Na hora em que derruba, parcialmente que seja, você aumenta a agregação de seus próprios, da base, transfere para fora os problemas e não o absurdo que são aquelas medidas, que foram publicadas e não vão ser aprovadas. Essa é a tática: faz a proposta, diz que fez o que tinha prometido, soma seu pessoal, não é aprovado, a culpa é de quem? Da política velha.

● Quer dizer que a crise é um método do atual governo?

Depende do caso. Nesse caso, é. Você tomar teses que defendeu, sabe que elas são inviáveis do ponto de vista da opinião pública, do ponto de vista do plenário muito mais, e vai com elas para frente para serem derrotadas, mesmo que parcialmente, cria uma situação de instabilidade. Diz 'não tenho culpa, eu tentei, fiz tudo que eu pude'.

● Nesse desenho de governo, como fica o caso Queiroz (*ex-assessor de Flávio Bolsonaro*)? E como isso atrapalha os planos de uma reeleição lá na frente?

Eu não sei, porque o caso Queiroz, se tudo isso que se fala é verdade... Ontem mesmo (*segunda-feira*), o Flávio (*Bolsonaro*) disse que não fazia a menor ideia de que eles tinham se metido em tanta encrenca. Eles vão investigar. Nós estamos falando de uma investigação aberta que não vai durar um ano, com 88 pessoas.

● O sr. ficou preocupado com a história da delação de um empresário ligado à Gol contra Rodrigo Maia?

Ridículo, né? Estou achando que alguns delatores do segundo time, eles criam (*nomes de políticos que estariam envolvidos em irregularidades*). O problema aí era o (*doleiro*) Lúcio Furnaro, (*ex-deputado*) Eduardo Cunha, aí vem com o terceiro escalão. Os caras fazem uma denúncia, criam um personagem, provavelmente para dar algum tipo de destaque à denúncia dele. Foi tão inacreditável que não deu nem para incomodar.

20 MAI 2019

O ESTADO DE S. PAULO

COLUNA DO ESTADÃO

Crimes caem no início da gestão Sérgio Moro

O primeiro mês do governo de Jair Bolsonaro registrou queda em oito dos nove crimes monitorados pelo Sinesp, plataforma administrada pelo Ministério da Justiça que contabiliza os boletins de ocorrência de todos os Estados e do DF. É a primeira vez que são divulgadas estatísticas oficiais sobre criminalidade no País de uma maneira padronizada. O ministro Sérgio Moro diz que ainda é cedo para um diagnóstico dos motivos dessa redução, mas a expectativa é de que ela seja constante. A maior queda foi nos roubos à instituição financeira: 43%.

● **Contra a vida.** O número de homicídios em janeiro caiu 21% em comparação com o mesmo período do ano passado: 4.536 para 3.600. Já tentativa de homicídio teve redução de 17%.

● **Onde mais.** Caíram também latrocínio (12%), estupro (11%), furto de veículo (14%) roubo de carga (27%) e roubo de veículo (23%). Apenas lesão corporal seguida de morte não teve variação: 78 casos nos dois anos.

● **Análise.** Para Moro, houve mudança de postura do governo federal e dos estaduais em relação à segurança pública. Todos têm tomado ações mais efetivas.

20 MAI 2019

O ESTADO DE S. PAULO

A validade da LRF

No dia 6 de junho, o Supremo Tribunal Federal (STF) retomará o julgamento de oito ações que questionam a constitucionalidade de alguns artigos da Lei Complementar n.º 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O plenário da Corte iniciou o julgamento das ações no dia 27 de fevereiro, mas a sessão foi suspensa após a leitura do relatório do ministro Alexandre de Moraes e das manifestações da Procuradoria-Geral da República (PGR) e da Advocacia-Geral da União (AGU), entre outras partes interessadas.

As ações foram interpostas na década passada. Logo, o STF fará muito bem ao País caso se pronuncie definitivamente sobre a plena validade de uma lei após tantos anos decorridos desde sua aprovação, especialmente a lei ora contestada. A Lei de Responsabilidade Fiscal é um dos mais eficazes instrumentos legais de que dispomos para salvaguardar o Estado Democrático de Direito consagrado pela Constituição. A higidez na gestão das finanças públicas está diretamente ligada à observância do pacto federativo, à qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos e à garantia de direitos fundamentais.

No cerne do debate em torno da LRF está a possibilidade de redução da jornada de trabalho e dos vencimentos dos servidores públicos nos Estados e

municípios que passam por dificuldades financeiras. A medida excepcional, autorizada pela redação original da LRF, poderia ser acionada quando o gasto com a folha de pagamento dos entes federativos ultrapassasse o limite de 60% da receita-líquida. De acordo com o Tesouro Nacional, esta era a realidade de 14 Estados em 2017. No entanto, em 2002, o STF decidiu suspender este dispositivo da lei.

Em sua manifestação ao STF na retomada do julgamento em fevereiro, a procuradora-geral, Raquel Dodge, sustentou que a redução da jornada e dos vencimentos dos servidores públicos fere o artigo 37, inciso XV, da Constituição porque transfere os ônus da eventual incúria dos gestores públicos para os servidores. “A ineficiência do gestor poderia ser resolvida, de acordo com essa norma, com a redução de remuneração de cargos e funções. Uma solução que tem apelo imediato e eficiente, mas que fere a Constituição (*quanto à irredutibilidade dos vencimentos*)”, disse a PGR.

Não são raros os casos de governadores e prefeitos que têm de reverter os males econômicos causados pela incúria de seus antecessores. Logo, a adoção de uma medida extrema, como é a redução de jornada e de vencimentos, não seria, por si só, um “prêmio” concedido aos maus gestores pela LRF, mas antes uma medida saneadora da qual o conjunto da sociedade é o maior beneficiário.

Cada caso há de ser analisado à luz de suas particularidades. Importante, ao fim e ao cabo, é que o administrador público tenha uma garantia legal para adotar medidas que julgue necessárias para o bom exercício de seu mandato.

A LRF é bastante dura com os governantes. E assim deve ser. Mas ao mesmo tempo que deles exige responsabilidade na gestão das contas públicas, deve, por outro lado, dar-lhes a autonomia para tomar as decisões que julgam necessárias para reversão de eventuais situações adversas.

O advogado-geral da União, André Mendonça, vê a redução de jornada e de vencimentos como uma “medida extrema”, mas “constitucionalmente válida e legítima”. Em parecer enviado ao STF, André Mendonça afirmou que o País “não suporta mais a insensibilidade com a situação fiscal” dos entes públicos. “Temos de conviver com a estabilidade no serviço público, mas nós também não podemos ter hoje uma visão de serviço público como tínhamos no passado. Uma visão onde a administração pública era engessada. Não havia uma lei de responsabilidade fiscal”, afirmou o AGU.

O STF deve ser o primeiro a se afastar da “insensibilidade” quanto à situação fiscal dos Estados e municípios. A sessão prevista para o dia 6 é uma ótima oportunidade para a Corte mostrar-se imune às pressões corporativas e atenta aos anseios mais elevados da Nação.

EDGAR GUIMARÃES
Lagosta ou lambari?

18 MAI 2019

A comilança dos nababos

GAZETA DO POVO

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal instaurou licitação objetivando a contratação de buffet para fornecimento de gêneros alimentícios e bebidas. Até aqui nada demais. O que, de fato, causou estarrecimento nacional foram os diversos itens que compunham o objeto da competição e as respectivas exigências mínimas a serem atendidas pelos licitantes interessados.

Tal processo prevê o fornecimento de almoços, jantares, cafés da manhã, brunchs e coquetéis. No menu elaborado pelo STF estão pratos dignos dos melhores restaurantes do mundo, tais como, medalhões de lagosta com molho de manteiga queimada, bobó de camarão, camarão à baiana, bacalhau à Gomes de Sá, frigideira de siri, moqueca capixaba e baiana, arroz de pato, pato assado com molho de laranja, galinha d'Angola, vitela, codornas, carrê de cordeiro, medalhões de filé, tournedos de filé, dentre outros.

Por óbvio, um cardápio desse nível deve ser servido com o acompanhamento de bebidas de qualidade, perfeitamente harmonizadas com cada prato, completando todo o glamour. Para tanto, exige-se espumantes produzidos pelo método champenoise com ao menos quatro premiações internacionais, vinhos de seis uvas de variedades diferentes e de safra igual ou posterior a 2010 com pelo menos quatro premiações internacionais. Como alguns comensais podem preferir outro tipo de bebida, o edital também prevê o fornecimento de uísques de puro malte, envelhecidos por 12, 15 ou 18 anos e cachaças curtidas em barris de madeira nobre por 1, 2 ou 3 anos.

Esta pretensão da Suprema Corte brasileira de levar a efeito uma contratação com estes contornos, faz surgir, ou ressurgir, uma discussão acerca da (im) possibilidade de um administrador público descrever ao seu bel prazer o objeto de uma licitação e futura contratação. Em outras palavras, esta atividade trata-se de um poder discricionário ou vinculado? Esta é a questão em que, muito suscintamente, pretendemos focar nossas atenções, todavia, sem nenhuma pretensão de esgotar a matéria.

Na fase preparatória de qualquer contratação se faz necessário, primeiramente, identificar a necessidade pública a ser atendida, com todos os elementos e especificidades que a norteiam, indicando as possíveis soluções oferecidas pelo mercado e, sobretudo, declinando, expressamente, os motivos de oportunidade e conveniência que embasam a solicitação. Tal providência substancia-se no ato pelo qual o agente competente descreverá o objeto a ser licitado/contratado e a sua importância em relação à satisfação do interesse público envolvido.

Essa manifestação de vontade deve ser exteriorizada, materializada em um documento escrito, o qual deverá conter, dentre outras informações, as razões de interesse público que ensejam a aquisição e o valor estimado para a contratação.

Temos sustentado que a definição do objeto a ser licitado e contratado se insere no campo do poder discricionário do agente público, todavia, poder este limitado. Assim, após uma análise de oportunidade e conveniência, cabe a escolha daquela solução que melhor atenderá a certa necessidade, não podendo, em hipótese alguma, dita análise ser feita de forma divorciada de alguns elementos e fatores.

Torna-se inafastável, neste momento, o respeito aos princípios jurídicos incidentes nas licitações/contratações públicas, tais como, o da legalidade, moralidade, finalidade, proporcionalidade e razoabilidade, dentre outros.

Em que pese a Assessoria do STF ter informado que a licitação em questão foi instaurada com a observância de todas as normas sobre o tema, resta claro que a matéria principiológica foi deixada de lado.

Em tempos de cortes de orçamento na área da educação superior e em tantas outras, o Supremo Tribunal Federal segue caminho na contra-mão da austeridade, dando um péssimo exemplo e, sobretudo, ferindo de morte os princípios mais comezinhos do Direito Administrativo, tais como, o da legalidade, no sentido de juridicidade, da finalidade, da moralidade, razoabilidade e proporcionalidade.

Neste vergonhoso cenário em que se verifica uma verdadeira orgia gastronômica com o dinheiro público, contrastando com a situação da maioria da população brasileira que sofre com a crise econômica e luta para obter um mínimo de sustento digno, coitado do lambari, que jamais terá vez na Corte Suprema. ●

Edgar Guimarães é advogado, presidente do Instituto Paranaense de Direito Administrativo, professor em cursos de pós-graduação e conselheiro da OAB/PR.

GAZETA DO POVO 18 MAI 2019

Justiça autoriza quebra de sigilo de Flávio Bolsonaro

● O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) autorizou a quebra de sigilo bancário e fiscal do senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) e o ex-assessor Fabrício Queiroz no âmbito da investigação que apura movimentação financeiras atípicas. O pedido, feito pelo Ministério Público do Rio, foi

autorizado no dia 24 de abril pelo juiz Flávio Nicolau, mas estava sob sigilo até agora. O magistrado determinou ainda as quebras de sigilo da esposa Flávio, da empresa do casal, Bolsotini Chocolates e Café Ltda, e das filhas e ex-mulher de Queiroz.

Lula pede regime aberto e nulidade de processo do tríplex

● O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, preso há mais de um ano na Polícia Federal em Curitiba, entrou com pedido no Superior Tribunal de Justiça (STJ) para ter direito ao regime aberto. A defesa pede também a absolvição de Lula e o reconhecimento de nulidade do processo do tríplex. Em nota divulgada no sábado (11), os advogados Cristiano Zanin e

Valeska Teixeira afirmam que "o STJ deixou de analisar (omissão) aspectos fundamentais das teses defensivas, como, por exemplo, o fato de que Lula não praticou qualquer ato inerente à sua atribuição como Presidente da República (ato de ofício) para beneficiar a OAS e não recebeu qualquer vantagem indevida".

Ministério Público pede suspensão do decreto das armas

● O Ministério Público Federal pediu à Justiça a suspensão imediata e integral do decreto que regulamentou o porte de armas no Brasil. Em ação ajuizada na terça-feira (14), na 17ª Vara de Justiça Federal, em Brasília, a Procuradoria afirma que o Decreto 9.785/2019 "extrapola a sua natureza regulamentar, desrespeita as regras previstas no Estatuto do Desarmamento e coloca em risco a segurança pública de todos os brasileiros". A ação requer também que a União preste as informações que fundamentaram a edição do regulamento.

Animal de estimação não pode ser proibido em condomínio

● A criação de animal de estimação não pode ser proibida em convenção de condomínio. Foi o que decidiu, por unanimidade, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) na terça-feira (14). No entendimento dos ministros, a restrição vale desde que o animal não coloque em risco a segurança e a tranquilidade dos condôminos. O caso envolve a dona de um gato que ingressou na Justiça do Distrito Federal em 2016 contra o condomínio, com o objetivo de manter o animal dentro do apartamento. O pedido foi negado em primeiro e segundo grau. No STJ, na análise do Recurso Especial, foi decidido que "é descabida a proibição de criação de animal de estimação expressa em convenção de condomínio."

Por unanimidade, STJ manda soltar Temer

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu na terça-feira (14) pela soltura do ex-presidente Michel Temer, preso preventivamente por decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) na quarta-feira (8). O resultado do julgamento também beneficiou o coronel reformado da PM João Baptista Lima Filho, amigo do ex-presidente. O relator do recurso de Temer no STJ, ministro Antonio Saldanha Palheiro, e os ministros Rogerio Schietti Cruz, Laurita Vaz e Nefi Cordeiro, presidente da Sexta Turma, entenderam não haver fatos que comprovem a necessidade de prisão preventiva.

20 MAI 2019

BEMPARANÁ

Assembleia volta a insistir em orçamento impositivo

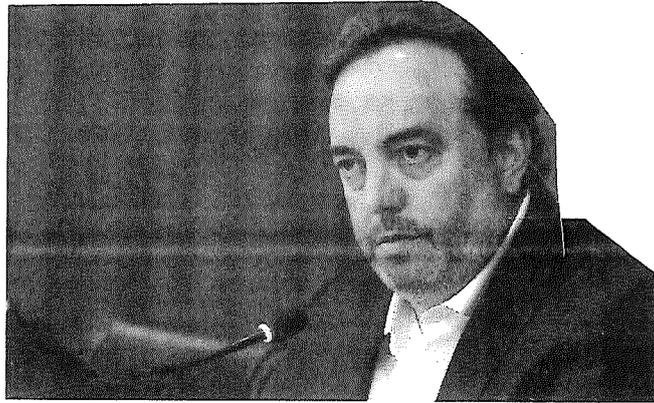
PEC prevê que governo terá que destinar até R\$ 690 mi a emendas parlamentares

Ivan Santos

A Assembleia Legislativa retoma nesta semana a discussão de uma iniciativa que pode obrigar o governo do Estado a destinar cerca de centenas de milhões de reais ao ano para atender a projetos e obras indicados pelos deputados através de emendas individuais ao Orçamento. Pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do chamado “Orçamento impositivo” que terá sua admissibilidade votada na Comissão de Constituição e Justiça da Casa amanhã, o governo ficaria obrigado a executar as emendas parlamentares no percentual de até 1,2% da receita corrente líquida prevista na lei orçamentária. Caso valesse para o Orçamento de 2019, por exemplo, cuja receita prevista é de R\$ 57,3 bilhões, o Estado teria que destinar cerca de R\$ 690 milhões aos projetos indicados pelos deputados para suas bases eleitorais este ano, o equivalente a R\$ 12,7 milhões para cada um dos 54 parlamentares.

Atualmente, o atendimento das emendas dos deputados ao Orçamento é facultativo. Na prática, os últimos governos não têm destinado os recursos para elas sob a alegação de dificuldades financeiras. Nesse contexto, as emendas acabam muitas vezes sendo usadas como moeda pelo Executivo em troca de apoio político no Legislativo.

Na justificativa da proposta que será votada amanhã pela CCJ, e é subscrita pelo presidente da comissão, deputado Fernando Francischini (PSL), e diversos outros parlamentares da base do governo Ratinho Júnior, a alegação é de que a medida traria “independência da atuação do Parlamento diante



O deputado Fernando Francischini (PSL): CCJ vota proposta amanhã

do Executivo”. A PEC repete praticamente o mesmo texto de proposta semelhante apresentada em junho do ano passado, com o apoio de 42 deputados. Apesar de ter recebido parecer favorável da mesma CCJ em agosto, a iniciativa não chegou a ser votada em plenário. Deputado estadual na época, o hoje governador Ratinho Júnior (PSD) foi um dos parlamentares que subscreveram a proposta.

Queda de braço - Na legislatura anterior, ainda o primeiro mandato do governo Beto Richa (PSDB), os deputados já haviam apresentado proposta semelhante, mas ela também acabou arquivada por falta de interesse do Executivo na sua aprovação. No plano federal, o Orçamento impositivo já vigora desde 2015, quando foi aprovado pelo Congresso já em meio à crise que resultou no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

Recentemente, os deputados aprovaram outra PEC, que amplia o mecanismo, tornando obrigatório que o governo federal destine também recursos para atender as emendas de bancada. O Orçamento da União para

2019 prevê R\$ 1,434 trilhões de despesas primárias. Deste total, 90,4% são despesas obrigatórias, e 9,6%, despesas não obrigatórias. Ao todo, estão previstos R\$ 45 bilhões para o custeio da máquina pública. Pela proposta, as emendas de bancadas estaduais que deverão ser executadas obrigatoriamente se referem a programações de caráter estruturante - obras e equipamentos - até o montante global de 1% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior ao da elaboração do orçamento. Atualmente, o pagamento é obrigatório somente em parte das emendas individuais dos congressistas, as chamadas “emendas impositivas”. O governo já é obrigado a executar 1,2% da receita com as emendas individuais,

A medida foi vista como nova derrota para o governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) no Congresso, já que engessaria ainda mais a execução do Orçamento, em um momento de crise financeira da União. Com o Orçamento impositivo, o governo teria ainda menos margem de manobra na gestão dos recursos.

CONTINUA

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

20 MAI 2019

Repasses a outros poderes na mira

A discussão sobre o Orçamento impositivo também deve dar impulso ao debate da proposta do governo Ratinho Jr (PSD) de redução dos repasses de recursos ao Legislativo e Judiciário na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020. A proposta apresentada pelo Executivo prevê a redução de 18,6% para 17,6% do percentual da receita líquida anula que o governo é obrigado a repassar aos demais poderes. Ela também prevê a exclusão das verbas do Fundo de Participação dos Estados (FPE) da base de cálculo para esses repasses.

O anteprojeto de LDO prevê para 2020 uma receita de R\$ 55,8 bilhões. O FPE do Paraná de 2019 está estimado em quase R\$ 2,2 bilhões, dos quais quase R\$ 400 milhões estão reservados para os demais Poderes. Cada poder tem uma parcela fixa do Orçamento do Estado. No Orçamento de 2019, em vigor, 9,5% da receita fica com o Tribunal de Justiça; 4,1% com o Ministério Público; 3,1% fica com a Assembleia Legislativa; e 1,9% fica com o Tribunal de Contas.

Na legislatura passada, o governo Beto Richa tentou por diversas vezes retirar o dinheiro do FPE da base de cálculo dos repasses para outros poderes, mas a medida sempre foi rechaçada pelos parlamentares, inclusive da base de apoio do Executivo, sob o temor de confronto com o Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas. No final do ano passado, uma proposta para reduzir o repasse

para a própria Assembleia encampada por Ratinho Jr já após sua eleição para o governo também acabou sendo arquivada pela presidência do Legislativo sem ser votada, sob a alegação de que a medida seria inconstitucional.

18 MAI 2019

IMPACTO PARANÁ

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUER UMA MAIOR TRANSPARÊNCIA



DESEMBARGADOR ADALBERTO JORGE XISTO PEREIRA, TOMA UMA ATITUDE CORAJOSA EM RELAÇÃO AO DESEMPENHO DO PODER JUDICIÁRIO NO QUE DIZ RESPEITO A TRANSPARÊNCIA DE PROCESSOS. SAIBA EM DETALHES A REPERCUSSÃO DE SUA DECISÃO QUE AGITOU NO CENTRO CÍVICO.

PRESIDENTE DO TJ QUER MAIS TRANSPARÊNCIA EM PROCESSOS



Desembargador Xisto Pereira

Centro Cívico agitado neste início de semana, por conta de várias notícias que saíram dos corredores para o público, em todos os três poderes, motivando uns e outros a se debruçar em decisões cujos resultados terão certamente reflexos na sociedade paranaense em geral.

O Tribunal de Justiça do Paraná não escapou dessa sacudida, com a decisão do Presidente Desembargador Adalberto

Xisto Pereira, que através do Órgão Especial do TJ, acatou proposta que derruba o sigilo de casos disciplinares envolvendo os magistrados.

Como já vem ocorrendo no plano federal, com a busca constante de mais transparência em todos os atos dos três poderes, de agora em diante no Paraná os processos que questionam a atuação de juízes e desembargadores do nosso Es-

tado passarão a ter julgamentos públicos.

Apenas se o assunto for sigiloso, envolvendo menores de idade ou em outras acusações previstas em lei, é que as informações continuarão de agora em diante sendo mantidas em segredo.

O desembargador Xisto Pereira, cuja atuação como Presidente do Tribunal de Justiça vem sendo motivo de intensa repercussão pelas decisões seguras de comportamento, resolveu seguir o modelo já adotado pelo CNJ-Conselho Nacional de Justiça, que inclusive transmite seus julgamentos pela internet, parâmetro que poderá ser, também, adotado em nosso Estado.

18, MAI 2019

IMPACTO PARANÁ

RESGATE CURITIBANO: CURITIBA E TJ FIRMAM CONVÊNIO PARA APLICAÇÃO DE PENAS ALTERNATIVAS

Um convênio entre a Prefeitura de Curitiba e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR) vai permitir o funcionamento do Sistema de Aplicação de Medidas Socialmente Úteis como substitutivo penal na cidade.

O documento, que prevê o uso da estrutura administrativa do município e sua rede de proteção social, foi assinado na última segunda-feira (13/5), na sede da Prefeitura de Curitiba.

Ao invés da aplicação de penas tradicionais e multas para determinados casos, que têm pouco efeito pedagógico na correção do infrator e em evitar novas recorrências, a ideia é aplicar penalidades que possam trazer benefícios diretos para a comunidade e despertar a noção social, de convívio, que deve permear a cidade.

“É muito importante essa visão de substituição da punição pelo serviço público”, destacou o prefeito Rafael Greca, ao lembrar que o mesmo projeto já foi implantado como piloto

em sua primeira gestão como prefeito em 1996, quando o desembargador José Laurindo de Souza Netto, hoje 2º vice-presidente do TJ-PR, estava no Juizado Especial.

Estudioso do tema e autor da proposta que gerou o convênio, o desembargador defende as penas alternativas não apenas pela sua eficácia da recuperação do infrator, mas também como forma de fomentar a solidariedade social.

JUSTIÇA ACATA NOVAS DENÚNCIAS CONTRA A MÉDICA DO EVANGÉLICO CONDENADA E ABSOLVIDA

- Uma tortura que está longe de terminar. A médica Virgínia Soares de Souza, acusada com uma equipe de auxiliares de matar pacientes na UTI do Hospital Evangélico entre janeiro de 2006 e fevereiro de 2013. Há poucos dias duas novas denúncias foram acatadas pelo Ministério Público que relembra um caso chocante e que já havia absolvido a médica e demais envolvidos pelas mortes que levaram ao registro de fatos lamentáveis e que teriam se registrado no interior de uma unidade de terapia intensiva. Os advogados Elias Mattar Assad e sua filha Louise Mattar Assad, que fazem a defesa de Virgínia Soares de Souza, conseguiram a absolvição da mesma em 2017 na 2ª Vara do Tribunal de Justiça de Curitiba e, já começaram a trabalhar para se inteirar de tudo que se refere à denúncia da morte de duas pacientes em 2012. Fica claro que enquanto aguarda, inclusive, o pagamento de uma indenização por parte do Hospital Evangélico, de onde foi demitida, o drama da médica Virgínia Soares de Souza ainda vai continuar por mais tempo do que ela poderia imaginar, assim como daqueles que buscam justiça conforme suas denúncias.

18 MAI 2019

FOLHA DE S. PAULO

Crime contra a infância prolifera no ritmo acelerado das novas plataformas

Relatórios recentes indicam que imagens de abuso e exploração ficam mais violentas e mostram vítimas cada vez menores

Fernanda Mena

SÃO PAULO E BRASÍLIA Médicos e economistas, aposentados e estudantes, professores e profissionais de TI, empresários e estoquistas, policiais e serventes.

Brasileiros com ocupações tão diversas, de todas as idades, classes sociais e regiões, têm sido presos em operações policiais por compartilhar de um mesmo prazer indissociável de um crime hediondo.

Eles usam sites, fóruns e aplicativos para capturar, disseminar, vender ou colecionar imagens de abusos sexuais de crianças e adolescentes. São condutas criminosas, cujas penas variam de um ano (pena mínima para armazenamento desse tipo de imagem) a oito anos de prisão (pena máxima para sua produção).

Esses crimes parecem crescer no compasso acelerado do desenvolvimento de tecnologias de comunicação e informação. A profusão de redes, plataformas e aplicativos multiplica também as oportunidades para os abusadores na medida em que os conecta e facilita o acesso a novas vítimas e aos registros da violência contra elas.

Pior: a formação de redes fechadas e grupos dedicados tende a “naturalizar” o interesse sexual por crianças, anestesiando seus usuários para os

evidentes danos físicos e psicológicos impostos às vítimas.

Para complicar, desde 2014 boa parte desse conteúdo tem migrado da internet aberta para a chamada dark web — espécie de abismo da já profunda deep web, não indexada e acessível por softwares específicos —, que promete anonimato aos usuários e, portanto, concentra atividades criminosas. Entre elas, estão produção, venda e compartilhamento voluntário de imagens formalmente classificadas como de pornografia infantil.

Essas imagens guardam pouca ou nenhuma semelhança com o imaginário popularizado por “Lolita”. No clássico escrito pelo russo Vladimir Nabokov, a obsessão de um professor por uma menina de 12 anos faz com que ele enxergue as atitudes dela como provocantes.

Longe de qualquer verniz romântico, as imagens espalhadas nos meios cibernéticos podem retratar órgãos genitais de bebês e crianças ou estupro de meninos e meninas, alguns dos quais gritam, choram e pedem ajuda.

“Não se trata de um debate moral sobre um material produzido para fins de entretenimento ou autoestimulação. Estamos falando da prova material de um crime cada

vez mais violento”, diz Thiago Tavares, presidente da Safernet, uma organização não governamental que atua na prevenção e no combate a crimes cometidos nos meios digitais.

Relatórios recentes de três organizações internacionais que lidam exclusivamente com estratégias de combate à proliferação de imagens de abuso e exploração sexual infantil apontam para uma tendência perturbadora.

Nos últimos anos, tem aumentado consideravelmente a presença de fotos e vídeos de abusos cada vez mais severos e contra crianças cada vez mais jovens.

A literatura criminológica internacional divide essas imagens em quatro graus de severidade. O primeiro se refere a nudez e exposição genital infantil, o segundo trata de interações não penetrativas com adultos, o terceiro envolve penetração vaginal ou anal e o quarto indica a prática de tortura contra a criança, como mantê-la amarrada.

Um estudo feito com amostras de imagens apontou que aquelas classificadas como de níveis 3 ou 4 representavam 50% do total em 2002 — e já eram 70% em 2013.

CONTINUA

Especialistas e investigadores brasileiros confirmam a percepção de que, por aqui, também há essa tendência.

“Está claro que há um aumento da severidade das imagens que circulam. Há tortura e introdução de objetos nas crianças. São coisas terríveis”, explica Tavares. “E há também uma predominância de imagens de crianças pré-púberes, com menos de dez anos. Além de grande número de crianças bem pequenas, que são sempre mais vulneráveis.”

Em um fórum da dark web, a reportagem localizou usuários que se referem a uma menina de menos de dez anos em situação de abuso como “safada”. Em outro, um homem recebe conselhos para conseguir abusar de um bebê.

Manuais sobre como se aproximar de crianças e como não deixar evidências físicas do abuso são materiais também compartilhados ali.

Várias pesquisas internacionais indicam que a maior parte dos perpetradores desses abusos são pessoas próximas do círculo íntimo da criança.

Uma delas, baseada em dados do NCMEC (centro nacional para crianças desaparecidas e exploradas, na sigla em inglês, ONG norte-americana para a qual empresas de tecnologia são obrigadas a reportar conteúdo suspeito de envolver abuso sexual infantil), apontou que 32% dos abusadores identificados nas imagens eram vizinhos ou amigos da família da vítima, 21% eram pais ou responsáveis, 11% eram parentes e 7% eram babás ou cuidadores.

Sabe-se que a maioria absoluta dos perpetradores desses abusos sexuais são homens, ainda que a quantidade de mulheres nessas redes tenha aumentado, seja por motivações financeiras ou por influência dos parceiros. Sabe-se que a maioria das vítimas é do sexo feminino, mas o número de meninos tem aumentado.

Ainda que não se saiba o número de crianças e adolescentes submetidos a abuso e exploração sexual registrado e divulgado na internet, dados sobre o compartilhamento dessas imagens e sobre as investigações desses crimes dão dimensão ao problema.

Em 1998, o NCMEC recebeu cerca de 3.000 denúncias desse tipo de conteúdo. Em 2018, foram mais de 18 milhões. Para que sejam investigados, os casos são reportados às autoridades do país de onde partiu o upload da imagem.

Em 2014, o Brasil recebeu 51 mil relatórios desse tipo. Em 2017, foram mais de 606 mil — aumento de mais de 1.100%.

Brasil é um dos 10 países que mais mandam imagens

Segundo o Inhope, consórcio internacional que reúne 46 serviços de denúncia de 40 países, o Brasil figura entre os dez países que mais compartilham esse tipo de conteúdo nos meios digitais.

Em 2014, a Polícia Federal brasileira deflagrou 66 operações de combate a produção, compartilhamento e armazenamento de imagens de abuso e exploração sexual infantil. Em 2018, foram 203.

As operações são coordenadas pelo Serviço de Repressão a Crimes Cibernéticos, em Brasília, que acaba acumulando a parte operacional de muitas investigações na falta de unidades estaduais especializadas nesse tipo de trabalho.

Em uma dessas operações, chamada Darknet, a PF criou uma ferramenta que permitiu a identificação de usuários na dark web.

“As redes criminais envolvem mecanismos psicológicos próprios, que acabam se refletindo em propriedades matemáticas”, conta o físico Bruno Requião, agente da PF que atuou na operação. “Os

pontos mais importantes dessas redes são os que produzem imagens de pornografia infantil e fazem com que essa informação circule”, explica.

“O fato pedagógico é deixar claro que a internet não é uma terra sem lei, onde cada um faz o que quiser. Mesmo os delinquentes que atuavam na dark web e achavam que nunca seriam localizados já descobriram isso”, pontua Jaqueline Buffon, procuradora da República e membro do Grupo de Apoio no Combate aos Crimes Cibernéticos do Ministério Público Federal.

O Ministério da Justiça, no entanto, resolveu focar o crime de armazenamento dessas imagens nas quatro fases da Operação Luz na Infância, que já prendeu 555 pessoas em flagrante e analisou centenas de milhares de imagens.

Armazenar fotos ou vídeos de abuso e exploração sexual infantil no Brasil é crime passível de pena de 1 a 3 anos. Na prática, ninguém vai para a cadeia se o crime não estiver associado ao compartilhamento ou à produção dessas imagens. Prova de que o foco no armazenamento é pouco eficiente é que uma mesma pessoa foi presa numa fase da operação e, depois de solta, voltou a ser presa na fase seguinte.

Para o delegado Alessandro Barreto, coordenador do Laboratório de Inteligência Cibernética do MJ e responsável pela Luz na Infância, o que mais surpreende é a falta de um perfil definido dos abusadores. “A gente se preocupa com o fato de essas pessoas não terem um rosto definido nem classe social nem idade.”

Ainda que as investigações retirem materiais de algumas partes da internet, eles podem reaparecer em outro ponto da rede, o que sugere que o impacto desse tipo de crime possa ser perpetuado ao longo da vida de sua vítima.

CONTINUA

18 MAI 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

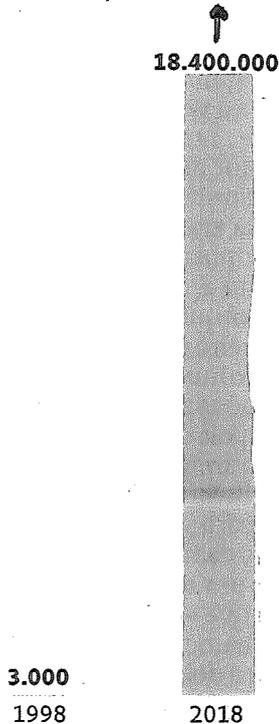
Uma pesquisa do Centro Canadense de Proteção da Infância feita com adultos que foram vítimas de abusos registrados e disseminados na internet traz um triste retrato do impacto dessa exposição.

Quase 70% desses sobreviventes dizem viver sob medo de serem reconhecidos por alguém que tenha visto as imagens da violência sofrida por eles. E mais de 70% indicaram que sabiam estar sendo filmados durante o abuso. Declararam ter entendido que os registros eram feitos para controlá-los e silenciá-los.

Colaborou Lucas Lacerda

Imagens de abuso sexual infantil nos meios digitais

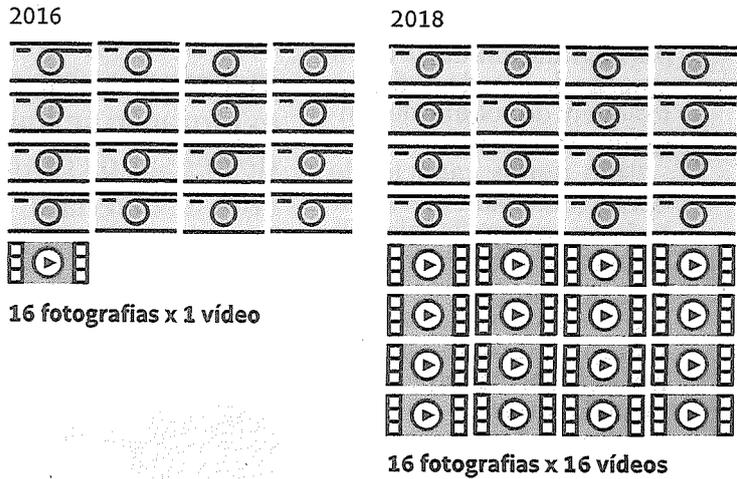
Aumento superior a 600.000%



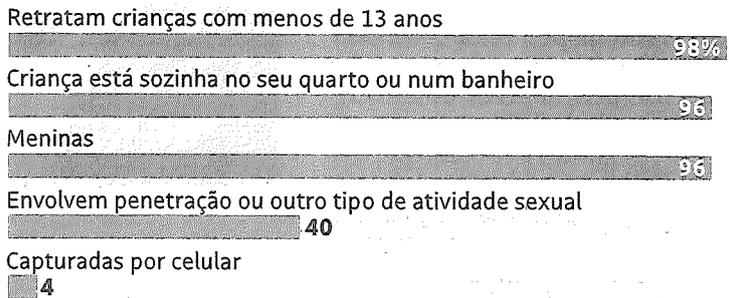
Fonte: National Center for Missing and Exploited Children (NCMEC)

Conteúdo das imagens que circulam na internet

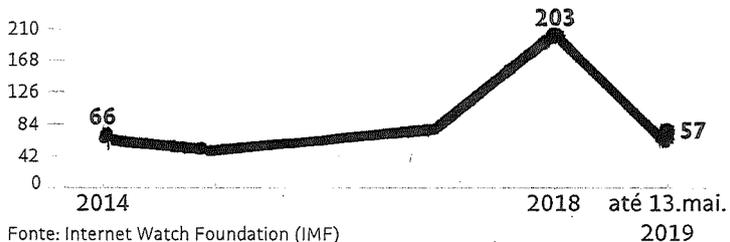
Em dois anos, número de vídeos se equipara ao de fotografias



Imagens produzidas pelas próprias vítimas, em casos que indicam extorsão sexual



Operações da Polícia Federal brasileira contra produção, compartilhamento e armazenamento de imagens de abuso e exploração sexual infantil

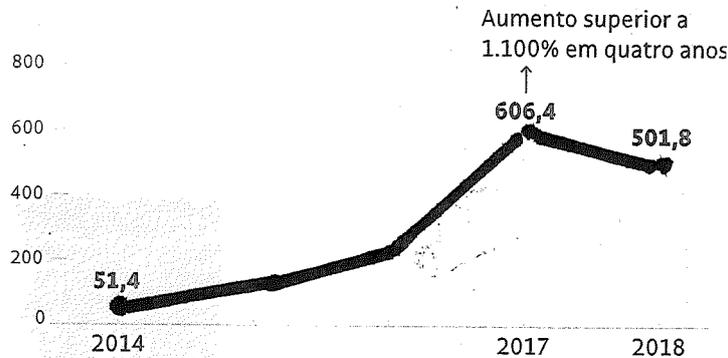


Fonte: Internet Watch Foundation (IMF)

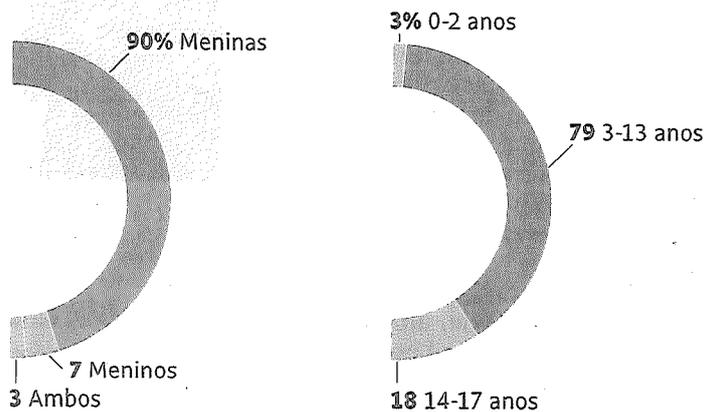
CONTINUA

Quem são as vítimas e os agressores

Relatórios internacionais que denunciam imagens de abuso sexual infantil compartilhadas a partir do Brasil



Perfil das vítimas retratadas em imagens de abuso e exploração sexual infantil em meios digitais



Perfil dos agressores em meios digitais

Vizinhos ou amigos da família da criança/adolescente

32%

Pais ou responsáveis

21

Parentes

11

Babás ou cuidadores

7

Parceiros dos responsáveis

3

74% dos agressores pertencem ao círculo familiar.

Fontes: Inhope 2017 e NCMEC, para casos em que vítima e agressor eram identificáveis

Existência de redes fechadas e grupos dedicados a compartilhar imagens tende a 'naturalizar' o interesse sexual por crianças, anestesando seus usuários para os danos às vítimas

18 MAI 2019

FOLHA DE S. PAULO

Divórcio pode ser feito em cartório sem o cônjuge em PE

Outra parte é avisada por oficial de Justiça; conselho quer barrar medida

Joana Suarez

RECIFE A frase dita muitas vezes em finais de casamento —“Não dou o divórcio, se quiser vá na Justiça”— não funciona mais em Pernambuco.

Agora, as pessoas já podem ir direto ao cartório de Registro Civil onde foi feito o casamento e solicitar o divórcio, sem precisar que a outra parte esteja de acordo nem mesmo presente.

Um dos cônjuges pode exercer seu direito de se divorciar e de iniciar uma nova vida preenchendo um formulário de requerimento.

O oficial de Justiça é responsável por notificar a outra parte e, pronto, está desfeito o vínculo matrimonial.

O chamado divórcio impositivo ou unilateral foi regulamentado em Pernambuco por meio de provimento da Corregedoria Geral da Justiça do Estado, publicado na terça-feira (14).

Desde 2007, o divórcio extrajudicial podia ser realizado em qualquer cartório de notas, mas apenas em situação de consenso.

Quando um dos cônjuges não concordava com a separação, o casal tinha que passar por um processo na Vara de Família.

Essas ações podem levar até um ano para serem resolvidas, diz o desembargador Jones Figueirêdo Alves, corregedor-geral em exercício e autor do provimento.

“Vivemos em um país muito oneroso e burocratizado. A ação do divórcio tem uma solução única, não existe possibilidade do juiz não decretá-lo”, afirma ele.

O divórcio é um direito estabelecido na Emenda Constitucional nº 66/2010, bastando uma das partes ter vontade, sem necessidade de prévia separação judicial ou discussão de culpas sobre o fim do relacionamento.

“Nenhuma lei pode garantir a manutenção do casamento quando existe a quebra dos afetos. A solução deve ser imediata, a ruptura do casamento é um ritual de passagem, que pode ser menos dóido”, diz Alves.

A medida pode ser estendida para outros estados, de acordo com ele. “Tenho conhecimento de diversos estados que recepcionaram muito bem [a decisão]. É natural que cada corregedoria possa editar o mesmo provimento.”

Quem ficaria feliz com a extensão da mudança é a cabeleireira Cleusa da Cruz, 51. A história dela viralizou em redes sociais com memes nos últimos dias porque ela afirma que há 25 anos tenta se divorciar do ex-marido.

Apesar de eles estarem separados de fato, ele não concorda com o divórcio. Um post em que ela dizia que iria de “mala e cuia” para a casa dele se ele não assinasse o documento foi compartilhado

mais de 100 mil vezes e teve mais de 400 mil comentários.

“Agora fiquei com inveja das pernambucanas”, diz a cabeleireira, que mora no Rio de Janeiro. Ela vinha tentando a via extrajudicial: por três vezes contratou advogado, preparou os papéis e, no dia marcado, o ex-marido não comparecia ou chegava e ia embora sem assinar.

Em 2012, ela estava de casamento marcado com o atual namorado, mas não pode assinar os papéis oficializando a união porque o ex não efetivou o divórcio. Restou “casar”, então, com a benção do pastor, festa e bolo.

“Isso [a regulamentação do divórcio unilateral] vai ajudar muito as pessoas. É um direito meu, não sou obrigada a ficar com o nome dele”, diz Cleusa.

A decisão de Pernambuco prevê também que a pessoa já solicite a retirada do sobrenome do cônjuge no requerimento de averbação do divórcio em cartório.

A população mais carente, que depende da defensoria para ações judiciais, e mulheres vítimas de violência, que precisam resolver de maneira mais rápida a separação, serão beneficiadas, na avaliação do corregedor-geral.

CONTINUA

18 MAI 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Pedidos adicionais mais complexos, como partilha de bens, pensão alimentícia e guarda dos filhos, que costumam vir junto com as solicitações de divórcio, continuarão sendo judicializados quando não houver acordo, mas estarão no foco da Justiça, porque o matrimônio em si já estará dissolvido.

Ainda é cedo para estimar a porcentagem e número de casos que desafogarão o judiciário, segundo o Defensor Público-Geral de Pernambuco José Fabrício de Lima.

A Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen), representante dos cartórios, informou que o provimento está restrito a Pernambuco, "mas certamente, se estendido para todo o Brasil, a população e a sociedade em muito se beneficiarão", segundo Anita Cavalcanti de Albuquerque Nunes, vice-presidente da associação.

Já o Conselho Federal do Colégio Notarial do Brasil, que representa os cartórios de notas, tem outro entendimento. "O divórcio por iniciativa unilateral sem intervenção do notário ou do poder Judiciário tende a gerar mais conflitos como, por exemplo, ações para anular o registro feito, especialmente porque não há previsão no Código Civil para essa modalidade", afirma o vice-presidente, Filipe Andrade Lima Sá de Melo.

A entidade vai pedir a intervenção do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) para suspender a medida antes que outros estados cogitem adotá-la.

No novo modelo, assim como no divórcio consensual, ainda é necessário que um advogado ou defensor esteja presente no cartório.

Ao cartório de registros será pago o valor da averbação na certidão de casamento, que em Pernambuco custa R\$ 66,36. Para fazer a escritura pública com a partilha dos bens e outras demandas patrimoniais o valor é de R\$ 164,16.

Desde 2007, quando se permitiu a realização de divórcios extrajudiciais, foram feitos 13.549 atos em Pernambuco e 649.236 no Brasil.

Como funciona o divórcio no cartório

- Casal em comum acordo e não tendo filhos menores de 18 anos pode pedir a separação no cartório
- Os cônjuges assinam a escritura com partilha de bens, se houver, e pensão alimentícia
- Em caso de filhos menores ou incapazes, também pode ser feito no cartório desde que comprovada a prévia resolução judicial de guarda e pensão aos filhos

Fonte: Advogada Angelica Almeida

18 MAI 2019

FOLHA DE S. PAULO

Justiça manda Receita fornecer notas fiscais de Flávio Bolsonaro

Medida, que ampla quebra de sigilo, permite avaliar
compras de mercadorias e serviços de investigados

Cátia Seabra
e Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO O juiz Flávio Itabaiiana determinou que a Receita Federal envie ao Ministério Público do Rio de Janeiro todas as notas fiscais emitidas entre 2007 e 2018 em nome do senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), de seu ex-assessor Fabrício Queiroz e outros sete investigados no caso.

A decisão assinada na quarta-feira (15) é uma ampliação das quebras dos sigilos bancário e fiscal determinadas no fim do mês passado.

O Ministério Público apura a prática dos crimes de peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa no gabinete de Flávio quando ele exercia o mandato de deputado estadual na Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro).

Também são alvos da nova medida a mulher de Flávio, a dentista Fernanda Bolsonaro, a empresa do senador e cinco parentes de Queiroz.

Ao solicitar a medida, o Gaecc (Grupo de Atuação Especializada no Combate à Corrupção) afirma que, "em razão das peculiaridades da investigação, torna-se necessário obter as notas fiscais a fim

de possibilitar o cruzamento de dados bancários".

A determinação do juiz foi endereçada à Receita Federal, que deve entregar os documentos ao Ministério Público.

As notas fiscais aprofundam as informações a que o Ministério Público terá acesso. Com os dados bancários, os investigadores visualizariam apenas as transferências de recursos. Os novos documentos permitem identificar mercadorias e serviços adquiridos com esses pagamentos.

Segundo a Folha apurou, uma das hipóteses a ser checada é se Queiroz pagava contas e serviços pessoais do senador. Não há evidências, por enquanto, de que isso ocorria.

No mês passado, Itabaiiana deferiu a quebra de sigilo bancário e fiscal de 86 pessoas e 9 empresas. Além do próprio senador, sua mulher e empresa, foram alvos todos os seus ex-assessores, nomes ligados a Queiroz e pessoas físicas e jurídicas que fizeram transações imobiliárias com Flávio nos últimos 14 anos.

O pedido de quebra dos sigilos foi o primeiro passo judicial da investigação após um relatório do governo federal ter apontado, há 500 dias, a mo-

vimentação suspeita de R\$ 1,2 milhão na conta de Queiroz.

Além do volume movimentado na conta de quem era apresentado como motorista de Flávio, chamou a atenção a forma com que as operações se davam: depósitos e saques em dinheiro vivo, em data próxima do pagamento de servidores da Assembleia.

Flávio afirmou, por meio de sua assessoria, que o pedido para envio de notas fiscais "não significa que houve crime". "Decisões judiciais devem ser respeitadas. Isso, porém, não significa que eu ache correto o que estão fazendo contra mim com essa campanha caluniosa", disse.

"Continuo sendo vítima de seguidos e constantes vazamentos de informações contidas em processo que está em segredo de justiça. Movimento que deixa evidente a campanha contra mim para atingir o governo de Jair Bolsonaro", completou, em nota.

A defesa de Fabrício Queiroz afirmou, em nota, que "acredita que a decisão de ampliação do objeto de devassa na vida pessoal dele e de sua família só releva e reforça o caráter desmedido e ilegal com que vem sendo tratada a questão".

18 MAI 2019

FOLHA DE S. PAULO

Liminar barra programação 24 horas da Virada Cultural na av. Paulista

Mariana Zylberkan

SÃO PAULO Decisão liminar do Tribunal de Justiça de São Paulo proibiu nesta sexta-feira (17) o fechamento da avenida Paulista por 24 horas, a partir das 18h de sábado, para a realização de parte da programação da Virada Cultural.

Se mantiver a via fechada para carros, a Prefeitura de São Paulo será multada em R\$ 5 milhões, segundo decisão da juíza Paula Pires da 3ª vara do juizado especial da Fazenda Pública da Capital.

A Paulista, porém, poderá ficar aberta aos pedestres no domingo das 10h às 18h, como ocorre todo fim de semana. A prefeitura afirmou que vai acatar a decisão.

O pedido de liminar foi protocolado por 14 moradores da região na quarta-feira (15). Integrantes do Conseg da região e de uma associação de moradores que representa condomínios localizados na avenida alegaram “falta de informações e de transparência em relação às intervenções” durante o evento.

A decisão foi concedida com base em um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) assinado em 2007 por prefeitura e Ministério Público que concede permissão para a Paulista abrigar apenas três eventos ao ano: Parada Gay, Ano Novo e a corrida de São Silvestre.

O embate entre moradores do entorno da Paulista com a prefeitura por causa dos megablocos teve início no ano passado quando se cogitou que a avenida recebesse desfiles de blocos de Carnaval com mais de 100 mil pessoas. Houve representação judicial e os desfiles foram acomodados na avenida Tiradentes.

Inserida pela primeira vez na Virada Cultural, a av. Paulista deve ter atrações musicais, festas e apresentações.

STF, jornalistas e OAB debatem combate a fake news

SÃO PAULO Como a Justiça deve se comportar diante do fenômeno das fake news e de suas consequências no meio judiciário? Esse será o tema de um seminário na próxima sexta (24), no Salão Nobre da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo.

Promovido pelo Observatório da Liberdade de Imprensa da seção nacional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), o seminário “Fake News: Desafios para o Judiciário” contará com as participações de dois ministros do STF, o presidente Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski —em março, o Supremo deu início a um inquérito para apurar fake news, ameaças e ofensas caluniosas, difamatórias e injuriosas a ministros e familiares.

Também vão debater o tema o diretor de Redação da Folha, Sérgio Dávila, o diretor nacional de jornalismo do SBT, José Occhirosso Júnior, e o presidente nacional da OAB, Felipe Santa Cruz. A mediação será do coordenador do Observatório, Pierpaolo Bottini, e a apresentação será feita pelo diretor da faculdade, professor Floriano de Azevedo Marques.

A entrada é gratuita, bastando efetuar a inscrição pelo email seminario.dia24@gmail.com.

Na última quinta (16), o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) também promoveu, em Brasília, um debate sobre o impacto das fake news no processo eleitoral de 2018.

FOLHA DE S. PAULO

Indicação extemporânea de Moro cria debate sobre modelo de escolha ao STF

Problema da politização ao indicar juizes constitucionais
é inerente aos modelos no Ocidente

19 MAI 2019

ANÁLISE

Oscar Vilhena Vieira

Professor da FGV-SP, mestre em direito pela Universidade Columbia (EUA) e doutor em ciência política pela USP

A indicação extemporânea do ministro Sergio Moro (Justiça) para o Supremo Tribunal Federal reacende a discussão, recorrente cada vez que se vislumbra a abertura de uma nova vaga no STF, de como melhor escolher aqueles que terão por missão defender a Constituição.

Meu objetivo aqui não é discutir os bastidores dessa jogada do presidente ou a trajetória do ministro Moro.

Evidente que ao trazer a público o suposto compromisso assumido com seu ministro da Justiça (depois negado), o presidente buscou não apenas eclipsar a mais popular estrela de sua Esplanada, vista ao mesmo tempo como ameaça política e policial à família Bolsonaro, mas, também, lembrar ao ministro que o bilhete "premiado" do Supremo se encontra, por enquanto, no seu bolso. E, para acessá-lo, é necessário demonstrar lealdade e contenção.

Mais de um terço das nomeações para o Supremo nos últimos 30 anos beneficiaram colaboradores diretos da Presidência, como Celso de Mello, Paulo Brossard, Maurício Corrêa, Francisco Rezek, Nelson Jobim, Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Alexandre de Moraes. Logo, a eventual nomeação de Moro não foge ao padrão.

A questão que se coloca é se esse modelo de nomeação para o Supremo é adequado. Existe uma fórmula que assegure uma

maior independência dos ministros, mas ao mesmo tempo assegure ao tribunal a potência necessária para garantir a Constituição contra os eventuais ataques do corpo político?

Dois são os principais modelos disponíveis na prateleira das ideias constitucionais. O modelo norte-americano, que copiamos em 1891, é o mais comum entre regimes presidencialistas.

Por esse modelo, o presidente escolhe, com razoável liberdade, uma pessoa dotada de formação jurídica e submete sua escolha ao Parlamento ou ao Senado, como ocorre nos Estados Unidos e no Brasil.

Após a sabatina, o Senado aprova ou não o candidato por maioria de seus membros. Lá as sabinas tendem a ser mais duras e técnicas, levando em consideração decisões pretéritas do candidato e possíveis conflitos de interesse. Como os senadores nos EUA não são julgados pelos juizes da Suprema Corte, tendem a não poupar os candidatos do partido adversário.

Presidentes sem maioria no Senado são obrigados a nomear candidatos ideologicamente mais neutros e palatáveis, normalmente magistrados de carreira, chegando a eventualmente perder a possibilidade de nomeação, como ocorreu com Barack Obama, no final do seu segundo mandato.

No contexto do pluripartidarismo exacerbado brasileiro e estando os senadores submetidos à jurisdição do Supremo, a racionalidade da aprovação é diversa. Quando o governo não conta com uma sólida coalizão no Senado, os candidatos serão obrigados a

se submeter a um desgastante e eventualmente constrangedor processo de obtenção de apoio junto aos senadores.

Também aqui, quanto mais frágil for o presidente, maior a chance de nomeação de um magistrado de carreira. Vieram da carreira judicial 10 dos 23 ministros nomeados nos últimos 30 anos: Carlos Velloso, Marco Aurélio, Ilmar Galvão, Ellen Gracie, Cezar Peluso, Ricardo Lewandowski, Menezes Direito, Luiz Fux, Rosa Weber e Teori Zavascki.

Um segundo modelo, inventado na Austria, no primeiro pós-guerra, é o mais utilizado por democracias constitucionais parlamentaristas.

Em regra, adota-se uma fórmula pela qual parte dos juizes constitucionais é indicada pelo governo, outra pelos próprios magistrados e, finalmente, uma parte é nomeada pelo presidente ou pelo Parlamento.

Em todos os casos, a palavra final é do Parlamento, o que amplia a politização do processo. No caso alemão, que serve de modelo a muitas novas democracias, há a percepção de que uma boa parte dos juizes constitucionais se identifica com os partidos políticos que, ao longo das últimas décadas, tiveram maior presença no Parlamento.

Muitos perguntam, então, por que não adotar um modelo estritamente meritocrático, em que apenas magistrados de carreira chegassem ao topo do sistema judicial? A resposta é simples. Juizes profissionais também fazem política — e muita — para ascenderem na carreira.

CONTINUA

Por vezes defendendo interesses corporativos ou mesmo se alinhando às concepções daqueles que têm o controle sobre os processos de ascensão.

Em resumo, não há muito como fugir dos problemas relacionados à politização da escolha dos membros de um tribunal constitucional. Trocar o modelo de seleção significa só trocar os nossos problemas pelos problemas dos outros.

Evidente, no entanto, que algumas medidas podem qualificar a escolha dos magistrados de tribunais superiores.

Um bom exemplo vem da Argentina. Depois da completa desmoralização da Suprema Corte por Carlos Menem, que entupiu-a com seus apaniguados, foi aprovada uma reforma no processo de nomeação, em 2003, pela qual o Executivo deverá tornar público os candidatos considerados, abrindo espaço para manifestações da sociedade sobre suas trajetórias e eventuais conflitos de interesse.

Por fim, o candidato que vier a ser escolhido pelo presidente deverá se submeter a uma sabatina pública e obter dois terços dos votos dos senadores. Um quórum tão alto associado a mais transparência certamente favorece nomeações mais imparciais.

Não há, porém, procedimento infenso a vícios. A questão central, portanto, é como assegurar que uma má escolha não prejudique a missão do tribunal de guardar a Constituição.

O primeiro antídoto — e não me cansarei de reiterar esse aspecto — é limitar ao máximo a ação individual de ministros. Na síntese de Delfim Netto, nesta Folha: “Só o pleno é Supremo”; ou a adoção de padrões mais rígidos de suspeição e impedimento.

Além disso, há algo mais estrutural, relacionado ao próprio papel institucional atribuído pela sociedade e pela cultura jurídica ao Supremo.

Há hoje uma forte disputa entre aqueles que entendem que a guarda da Constituição deve se dar pela rigorosa aplicação da racionalidade jurídica, independentemente das consequências que isso tiver, e aqueles que se preocupam sobretudo com as consequências (econômicas, políticas ou sociais), ainda que para isso seja necessário flexibilizar os padrões de interpretação das regras.

Podemos chamá-los de legalistas e consequencialistas. Quanto mais prevalecer a visão consequencialista, maior será a politização dos tribunais e mais estratégica a escolha de seus ministros.

Por intermédio da nomeação de juizes constitucionais mais compromissados com suas visões de mundo do que com as palavras da Constituição, governantes buscam prolongar sua influência e proteger seu legado, numa clara tentativa de condicionar o direito à política ou a economia.

Com a ascensão de populistas autoritários ao redor do mundo, em grande medida hostis à gramática dos direitos humanos e aos freios e contrapesos entrincheirados na ordem constitucional, o processo de escolha de magistrados constitucionais se torna ainda mais dramático.

Nestes casos o que está em jogo não são mais meras disputas sobre como melhor exercer a defesa da Constituição, se mais legalistas ou consequencialistas.

O objetivo de populistas autoritários, como os que Bolsonaro visitará na Hungria e na Polônia, é escolher alguém que, por intermédio de decisões judiciais, contribua para a erosão de direitos e garantias da democracia constitucional e abra espaço para a construção de uma nova legalidade autoritária.

O QUE ELES DISSERAM

“

Eu fiz um compromisso com ele [Moro], porque ele abriu mão de 22 anos de magistratura. Eu falei: ‘A primeira vaga que tiver lá [no STF], está à sua disposição’

Jair Bolsonaro
em entrevista à rádio
Bandeirantes em 12.mai.19

“

Quando nós conversamos, bem, eu estava abandonando 22 anos de magistratura e aqui no Brasil é um caminho sem volta, é um certo sacrifício. [...] Eu acho que o presidente, tendo em vista essa situação, se sentiu com esse compromisso de oferecer essa vaga quando surgir no futuro

Sergio Moro
em entrevista à
GloboNews em 15.mai.19

19 MAI 2019

FOLHA DE S. PAULO

Após derrotas e um pé no STF, Moro tenta salvar a sua principal bandeira

Avanço do pacote anticrime é considerado um fôlego para ministro permanecer no governo

Thais Arbex

BRASÍLIA Após sucessivas derrotas, a mais recente envolvendo o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), o ministro Sergio Moro (Justiça) intensificou a agenda política para tentar acelerar a tramitação no Congresso daquela que é considerada sua principal iniciativa, o pacote anticrime.

Na manhã de quinta-feira (16), Moro foi à residência oficial do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para pedir o apoio do parlamentar ao avanço do projeto na Casa.

Alvo da resistência de vários políticos por personificar a Lava Jato, a operação que dizimou integrantes de diversas legendas nos últimos anos, o ex-juiz federal tem buscado auxílio de Maia para tentar vencer os obstáculos.

O ministro chegou à casa do presidente da Câmara no momento em que dezenas de deputados, grande parte de partidos do chamado centrão, discutiam com Maia a agenda de votações desta semana.

A conversa girava em torno da votação da medida provisória da reestruturação do governo. Eles defendiam que Maia só colocasse o texto em votação se o Planalto e seus aliados não forçassem a derubada do trecho que tira o Coaf das mãos de Moro.

O ministro cumprimentou

os deputados — muitos deles protagonistas da batalha para transferir o órgão para o guarda-chuva de Paulo Guedes (Economia) — e seguiu com Maia para uma ala reservada.

A conversa não durou mais do que 15 minutos. Entre outros pontos, o ministro queria saber se havia disposição na Câmara para suprimir uma das etapas de tramitação da proposta — o que levaria o texto mais rapidamente ao plenário.

Ouviu que tudo depende de diálogo com os partidos e da convergência do grupo de trabalho que analisa o projeto.

O centrão é um grupo informal de partidos formado por DEM, PSD, PTB, PP, PR, entre outros, e liderou a derrota aplicada ao ministro.

Tendo vários filiados implicados nas investigações da Lava Jato, esse partidos resistem a dar mais poder a Moro. E são refratários também a muitas das propostas do pacote anticrime do ministro. Para vários desses parlamentares, o ex-juiz representa a ponta de lança do movimento que nos últimos anos buscou, segundo eles, criminalizar a política.

Embora aliados do presidente da Câmara afirmem que Maia e Moro superaram os atritos e hoje mantêm bom diálogo, o avanço do pacote na Casa depende da disposição do ministro em abrir mão de trechos considerados polêmicos pelos parlamentares.

Moro já foi avisado de que, se quiser ver seu pacote avançar, terá que abrir mão do trecho sobre prisão em segunda instância. Parlamentares dizem que, como a discussão está no STF (Supremo Tribunal Federal), não faz sentido o Congresso debatê-la agora.

O ministro também foi alertado por um senador alinhado à sua agenda que o açamento tende a ser útil à ala do Congresso que trabalha para desidratar o pacote.

Esse mesmo político lembrou que a desarticulação do governo e a falta de amparo do Planalto também pesam contra a agenda do ex-juiz.

Moro tem dito que, se dependesse de sua vontade, a proposta seria aprovada pelo Congresso ainda neste semestre. Mas, apesar de já admitir que a política tem seu próprio ritmo, o ministro escalou auxiliares para pedir apoio de parlamentares.

A estratégia, por enquanto, é buscar deputados e senadores que trabalharam para manter o Coaf com Moro.

Segundo aliados do ministro, o avanço do projeto que altera a legislação criminal é um fôlego para Moro permanecer no governo.

De acordo com os relatos, o ex-juiz já teria pensado em renunciar ao cargo mais de uma vez. Uma delas teria sido em meio ao desgaste na batalha do Coaf.

CONTINUA

O aceno do presidente Jair Bolsonaro à possibilidade de indicá-lo a uma vaga no STF teria sido um gesto para acalmar o aliado.

A manobra, no entanto, teve o efeito contrário. Reavivou a polêmica sobre os termos do convite de Bolsonaro ao ex-juiz da Lava Jato.

No Congresso e no Judiciário, a declaração do presidente de que havia firmado compromisso para indicar Moro ao Supremo passou a ser tratada como moeda de troca.

A fala de Bolsonaro expôs Moro a um desgaste antecipado no Congresso, já que a indicação do presidente para o Supremo precisa ser aprovada pelo Senado.

Em entrevista à GloboNews, na última semana, Moro afirmou que jamais estabeleceu a vaga no Supremo como condição para aceitar o posto de ministro. "Eu acho que o presidente, tendo em vista essa situação, se sentiu com esse compromisso de oferecer essa vaga quando surgir no futuro."

Até apoiadores de Bolsonaro criticaram o gesto. Disseram que o presidente, que tem dado tiros no próprio pé, dessa vez acertou o aliado.

Na quinta-feira, voltou atrás e disse que não houve nenhum acordo com o ministro da Justiça para que ele assumisse uma vaga no STF.

"Quem me acompanhou ao longo de quatro anos, sabe que eu falava que precisamos de alguém no Supremo com o perfil de Moro. Não teve nenhum acordo, nada, ninguém nunca me viu com Moro [antes da eleição]", afirmou o presidente durante transmissão ao vivo em suas redes sociais.

O convite formal de Bolsonaro a Moro foi feito em 1º de novembro de 2018, quando eles se encontraram pela primeira vez, no Rio de Janeiro.

Aliados do presidente afirmam que, durante a conversa, o então candidato fez um

aceno a Moro sobre a possibilidade de indicá-lo a uma vaga no Supremo caso ele aceitasse fazer parte de seu governo.

Quem participou do encontro disse que a fala de Bolsonaro foi "apenas mais um atrativo" para convencer Moro.

O juiz federal abandonou 22 anos de magistratura e, agora, completa seus primeiros meses como político. Alguns de seus novos colegas dizem ver ainda muita ingenuidade e falta de visão geral de como funciona Brasília.

Procurado, Moro não quis falar com a reportagem.

Entenda a polêmica envolvendo Bolsonaro, Moro e o Supremo

Quando o presidente Jair Bolsonaro sondou Sergio Moro pela primeira vez para o Ministério da Justiça e Segurança Pública?

Segundo relatos, o hoje ministro da Economia, Paulo Guedes, foi responsável pelos primeiros contatos com o então juiz federal Sergio Moro ainda durante a campanha eleitoral. Foram cerca de cinco conversas até a sondagem definitiva, no dia 23 de outubro de 2018 (antes do segundo turno da eleição)

Quando Bolsonaro fez o convite?

O convite formal foi feito em 1º de novembro de 2018, quando Moro e Bolsonaro, já presidente eleito, se encontraram pela primeira vez, no Rio de Janeiro

O compromisso sobre o Supremo Tribunal Federal foi algo tratado desde o início?

Aliados de Bolsonaro afirmam que, durante a conversa em que foi feito o convite para o ministério da Justiça, o presidente acenou com a possibilidade de indicar Moro ao STF

O que Moro disse sobre o assunto?

Em entrevista à GloboNews nesta semana, Moro afirmou que jamais estabeleceu a vaga no Supremo como condição para ser ministro. "Quando nós conversamos, bem, eu estava abandonando 22 anos de magistratura e aqui no Brasil é um caminho sem volta, é um certo sacrifício. [...] Eu acho que o presidente, tendo em vista essa situação, se sentiu com esse compromisso de oferecer essa vaga quando surgir no futuro", disse.

E Bolsonaro?

Em um primeiro momento, Bolsonaro disse que firmou um compromisso com Moro. Depois, voltou atrás e afirmou que não houve acordo prévio. "Não teve nenhum acordo, nada."

A indicação ao STF foi uma condição para que Moro assumisse o ministério da Justiça?

De acordo com aliados do presidente, tratou-se apenas de um atrativo para que o ex-juiz integrasse o ministério

CRONOLOGIA

8.jul.18

Então juiz que comandava a Operação Lava Jato em Curitiba, Sergio Moro interrompe suas férias para emitir despacho contestando a decisão do magistrado Rogério Favreto, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que havia determinado a soltura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

1º.out.18

Moro tira o sigilo de parte do acordo de colaboração de Antonio Palocci, ex-ministro de Lula, que acusa o ex-presidente de vários crimes

7.out.18

Primeiro turno das eleições

1º.nov.18

Quatro dias após a vitória de Bolsonaro no segundo turno, Moro viaja ao Rio de Janeiro para se encontrar com o presidente eleito e aceita o convite para o Ministério da Justiça

Os Bolsonaro a perigo

Flávio mostra-se assustado, Jair sai pela arrogância,
e Carlos recolhe-se ao silêncio

Os ardis que consistem em contratação de funcionários fantasmas, repartição das remunerações desses e de funcionários ativos e ainda o uso de funcionários para serviços privados não se limitam a irregularidades administrativas de gabinetes parlamentares, federais ou estaduais.

Configuram desvio e apropriação de dinheiro público, tanto faz se para o próprio parlamentar ou para outros. É isso que, na verdade, caracteriza a numerosa série desses fatos atribuídos a Jair, Flávio e Carlos Bolsonaro pelo Ministério Público do Rio.

Inexiste ainda a caracterização real e pública dessas sucessivas constatações, por serem seus relatos moderados e intermitentes. O oposto dos vazamentos e do carnaval de manchetes e telejornais nos casos envolvendo Lula, o PT e Dilma.

Nestes, jornalismo propriamente dito e política + Ministério Público brigaram o tempo todo. A briga continua, mas a rubrica "política" tem composição diferente, sem partidos enlaçados com poder econômico e imprensa/TV/rádio. E os Ministérios Públicos não denotam o facciosismo e o desregramento da Lava Jato.

"Venham pra cima, não vão me pegar!" é uma boa frase de efeito, mas Bolsonaro deve saber que as circunstâncias, se não a negam, também não a confirmam. Basta o primeiro lote de sigilos bancários a serem quebrados, já próximos de uma centena, para sugerir o que é esperado daí sobre o pai e dois dos filhos. Todo o caso, por sinal, foi constatado por causa de Flávio, mas o inici-

ador das atividades merecedoras de investigação foi Jair.

Também envolvido daquele filho, quando, eleito deputado federal, transferiu-lhe os benefícios, práticas e "fantasmas" que mantinha no Rio.

De quebra, entre os investigados predominam pessoas ligadas a Bolsonaro, agora ou em suas famílias passadas. E ainda a proximidade com milicianos, motivo de explicações escapistas e não menos indagações em aberto. Os riscos são grandes. Pendentes apenas da maior ou menor disposição do Ministério Público de ir adiante na sua função — o que, triste é dizê-lo, nunca se sabe.

Não é uma situação em que Bolsonaro possa contar com a proteção que o levou a cercar-se de generais. Embora, por enquanto, essa trincheira seja uma das intimidações que atenuam os relatos do caso em sua gravidade inequívoca.

Funcionários fantasmas, ou só fantasiados de ativos, recebem dinheiro público, tomado à população. Trata-se, portanto, de desvio caracterizador do ato criminoso de peculato.

Flávio Bolsonaro mostra-se assustado com o inquérito. Jair Bolsonaro sai pela arrogância. Carlos recolhe-se ao silêncio sugestivo. Mas a ansiedade não se divide por três. É equânime.

Dois sinais

A segunda soltura de Michel Temer e do coronel Lima, pela 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, foi ilustrada por uma descompostura na decisão de prendê-los, dada como "indevida antecipação de pena" e outras irregularidades.

Por quatro anos e meio, Sergio Moro cometeu à vontade e a granel os mesmos abusos.

A turma incumbida de revê-los, no Tribunal Regional Federal do Sul, em geral avalizou-os, quando não os agravou. E o STJ e o Supremo os ingeriram sem sequer mastigar uns arremedos de ressalva.

Moro está sendo descoberto como é de fato. Magistrados protestam, unânimes, contra abusos judiciais. Nisso, por um ângulo, vê-se quanto a Justiça foi capaz de submeter-se a interesses políticos e pressões de opinião. Por outro, vê-se um indício de retorno da alta magistratura à Justiça. É preciso mesmo, e talvez com urgência, em tempo de ajudar os estudantes a salvar nas ruas este país.

FOLHA DE S. PAULO

BRUNO BOGHOSSIAN

Entre a faixa e a coroa

BRASÍLIA A vitória na eleição, o mandato e a caneta não são suficientes para Jair Bolsonaro. O presidente e seus aliados passaram os últimos meses se queixando de que, apesar de seus imensos poderes, o político mais forte do país é vítima de um “sistema” que o impede de governar.

Além de funcionarem como uma desculpa para mascarar sua própria incapacidade, os ataques do bolsonarismo às instituições reforçam os velhos sinais de que sua trupe não é capaz de conviver com divergências e com os contrapesos da democracia.

Bolsonaro chancelou mais um protesto desse tipo ao distribuir uma mensagem pelo celular a aliados na sexta (17). O autor do texto afirma que o país é “ingovernável” e reclama: “Como todas as suas ações foram ou serão questionadas no Congresso e na Justiça, apostaria que o presidente não serve para nada”.

Quando a estrutura republicana é tratada como obstáculo pelo próprio governo, temos um problema. Ainda que a popularidade de parlamentares e ministros do STF esteja no fundo do poço, eles têm atribuições legítimas e servem como agentes de moderação e fiscalização.

Se um presidente invade competências e assina um decreto que amplia de maneira ilegal o porte de armas, o Congresso deve intervir. Da mesma forma, Bolsonaro tem poder de veto sobre projetos do Legislativo. Na última semana, ele teve a chance de barrar uma anistia de multas a partidos políticos, mas não o fez.

Na campanha, o então candidato flertou com delírios autoritários e insinuou que gostaria de usar medidas excepcionais para atacar o tal “sistema”. Disse, por exemplo, que pretendia aumentar o número de cadeiras no STF para criar uma maioria artificial a seu favor. Depois, recuou. Talvez esteja sofrendo uma recaída.

Bolsonaro alimenta um conflito permanente para angariar apoio nas ruas e pressionar as instituições, mas precisará continuar dentro das regras do jogo. Se ele acreditava que teria poderes ilimitados, não deveria ter procurado uma faixa de presidente, mas a coroa de um monarca.

19 MAI 2019

19 MAI 2019

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

MANDO EU O presidente Jair Bolsonaro disse a aliados que vai decidir “pessoalmente” o nome do próximo procurador-geral, o que alimentou a sensação de que conselhos que vierem de gente de fora de sua família terão pouco peso na escolha.

CABE MAIS UM O ex-presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República José Robalinho Cavalcanti iniciou um giro pelo Congresso em busca de apoio. Ele se inscreveu na disputa que levará a uma lista triplíce de nomes.

PÉLAS OUIRADAS Aliados de Raquel Dodge, a atual procuradora-geral, dizem que, embora fora da disputa promovida pela ANPR, ela segue no páreo pelo apoio que tem no Congresso e entre integrantes do STF e até do Planalto. Bolsonaro, recentemente, referiu-se a ela como “séria”.

Queiroz pede anulação de quebra de sigilo

A defesa de Fabrício Queiroz, ex-assessor do senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), pediu ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro a anulação da decisão que determinou a quebra de sigilos bancário e fiscal dele e sua família. Para os advogados, o juiz responsável não fundamentou de modo suficiente a necessidade da medida

20 MAI 2019

FOLHA DE S. PAULO

Número de presos em São Paulo quadruplica sob governos do PSDB

Estado atinge recorde de quase 236 mil pessoas presas; no mesmo período de 25 anos, população cresceu só 33%

Rogério Pagnan

SÃO PAULO O número de presos do sistema carcerário de São Paulo mais que quadruplicou nos últimos 25 anos e atingiu, neste mês, a maior população de sua história, 235.775 pessoas, segundo dados do governo paulista.

Nesse período, o estado foi administrado praticamente apenas pelo PSDB, partido do atual governador João Doria, com exceção das breves passagens do PFL, de Cláudio Lembo, e do PSB, de Márcio França.

São Paulo atinge essa marca em meio ao processo de concessão à iniciativa privada, pela primeira vez, da gestão compartilhada de quatro unidades prisionais no estado.

Até o final do próximo ano, o governo Doria pretende destinar quase 20 unidades a parcerias, incluindo por meio de PPP (Parceira Público-Privadas), como já ocorre em outros estados do país.

O total de detentos inclui as prisões cíveis, como as por não pagamento de pensão alimentícia (responsabilidade da Segurança Pública), que somavam 1.979 pessoas.

Sem elas, são 233.796 presos criminais —condenados ou provisórios—, população equivalente à estimada para a cidade de Araraquara (233.744 habitantes).

Quando o governador Mário Covas (1930-2001) foi eleito pela primeira vez em 1994,

a população carcerária do estado de São Paulo era de 55.021 presos. Desse total, 42% do detentos (23.179) ficavam em delegacias e cadeias públicas — grande parte na capital e na Grande São Paulo.

Nesses últimos 25 anos, o número de pessoas presas subiu sem parar, ano a ano (com a exceção de 2017), até atingir o recorde atual e um crescimento acumulado de 328,5%.

Já população total do estado, nesse mesmo período, cresceu cerca de um décimo disso: 33,3%. O número de habitantes foi 33,2 milhões, em 1994, para os atuais 44,3 milhões habitantes, segundo dados do Seade.

Em mais da metade dessas duas décadas e meia, São Paulo foi governado pelo médico Geraldo Alckmin, atual presidente nacional do PSDB, que atribui parte da queda da criminalidade no estado às prisões realizadas.

“O estado de São Paulo mostrou que prender diminui criminalidade. Somos um exemplo prático. Nós tínhamos [uma taxa de] 35 homicídios por 100 mil habitantes ao ano, e reduzimos para 7. De 13 mil assassinatos, reduzimos para menos de 3.000”, disse ele.

“O que estimula o crime é a impunidade. Então, o fato de você prender, tirar o criminoso da rua, tem resultado. Muito estado não prende porque não tem aonde pôr”, afirmou o ex-governador.

Atualmente, o número de pessoas em cadeias e distritos policiais foi praticamente zerado, limitando-se a presos em trânsito e a casos relacionados a pensão alimentícia.

Nos últimos 25 anos, o número de unidades do sistema penitenciário (sob o guarda-chuva da Administração Penitenciária) pulou de 43 para as atuais 173 unidades, elevando o número de vagas de 23.801 para 144.600 —crescimento superior a 500%.

Ainda assim, o déficit de vagas do sistema cresceu o dobro disso. Foi de 8.041 para 89.196 —elevação de 1.009%.

A população carcerária paulista é a maior do país. Em 1994, segundo dados do Ministério da Justiça, o país tinha 129 mil presos. Não há dados deste ano disponíveis para o país, mas, em 2016, estimava-se 726.712 presos — cerca de 33% do total em São Paulo.

Para especialistas, a queda no número de presos em 2017 pode estar ligado à implantação das audiências de custódia no estado (concluída naquele ano) e, ainda, à publicação de leis como aquela que permitiu —em alguns casos— a prisão domiciliar de mulheres com filhos menores de 12 anos.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Prisões em flagrante pela polícia no estado registram queda

O recorde da população carcerária em São Paulo ocorre mesmo com a queda do número de prisões em flagrante realizadas pela polícia. Nos últimos 27 meses — ou desde janeiro de 2017 — houve menos prisões em 23 deles.

Para magistrados e promotores ouvidos pela Folha, não há uma explicação única e conhecida para o aumento no número de presos nos últimos 25 anos.

Para a desembargadora Ivana David, do Tribunal de Justiça de SP, a expansão pode estar ligada — além de a questões processuais — ao maior trabalho de ações de inteligência da polícia contra o crime organizado, e um incremento de casos de tráfico de drogas.

“O que a gente tem pego de droga na rua é um absurdo. Aquele negócio de prender com dois papелotes não existe mais. São 50 gramas, 100 gramas, um tijolo de maconha. Isso dá muita diferença. Aquele que pegava um ano e oito meses [de cadeia] com dois papелotes, agora, com 400 gramas, 500 gramas, acaba tomando cinco anos e o regime é fechado”, diz a magistrada.

Já para o juiz Ulysses de Oliveira Gonçalves Junior, corregedor dos presídios da capital e Grande SP, as prisões em flagrante são uma porta para o sistema prisional, mas existem outras tão importantes.

Ele lista entre os fatores: casos de procurados capturados, pessoas que vão para o sistema após descumprimento de medidas cautelares e, até, a decisão de prender pessoas quando condenadas em segunda instância, entendimento decidido pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em 2016.

20 MAI 2019

“Se está caindo o número de prisões em flagrante, e está aumentando o número de presos, só podem ser fatores processuais que estão contribuindo para esse fenômeno”, disse. “Não é porque a pessoa não foi presa em flagrante que não vai ser presa mais.”

O procurador Márcio Sérgio Christino, do Ministério Público de São Paulo, disse não ter havido nenhuma mudança significativa da lei para que houvesse o maior encarceramento. “Pelo contrário, as mudanças ocorridas foram na direção contrária, para soltar mais”, disse.

“A única explicação que vejo é as pessoas estarem ficando presas por mais tempo. Pode ser por crimes mais graves, mas seria necessário um estudo para saber”, disse ele.

Colaboraram Mariana Grazini, Daniela Arcanjo e Guilherme Garcia

“

O que estimula o crime é a impunidade. Então, o fato de você prender, tirar o criminoso da rua, tem resultado. Muito estado não prende porque não tem aonde pôr

Geraldo Alckmin
presidente nacional do PSDB
e ex-governador de São Paulo

Se está caindo o número de prisões em flagrante, e está aumentando o número de presos, só podem ser fatores processuais que estão contribuindo para esse fenômeno. Não é porque a pessoa não foi presa em flagrante que não vai ser presa mais

Ulysses Gonçalves Junior
juiz corregedor dos presídios da capital e Grande SP

CONTINUA

20 MAI 2019

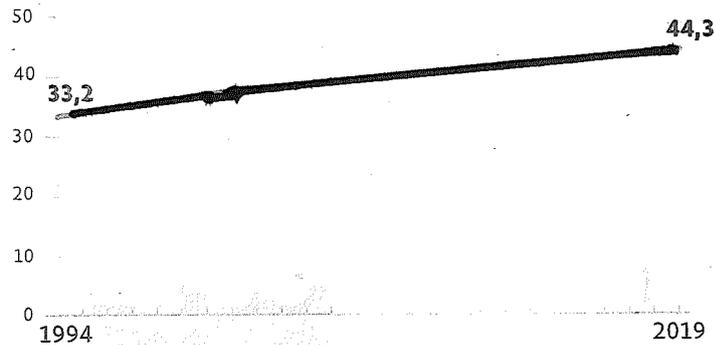
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

SP atinge população prisional recorde

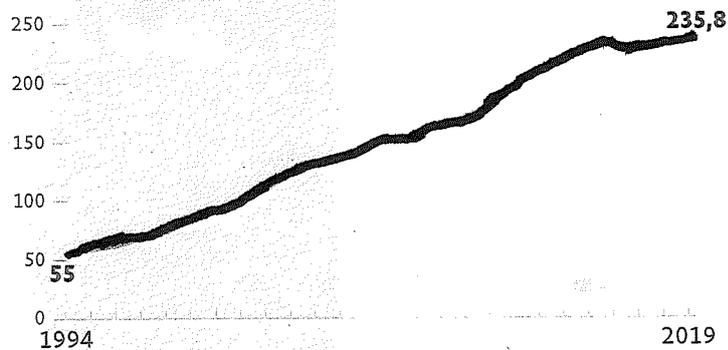
Nesses 25 anos, a população do estado cresceu 33%...

Em milhões



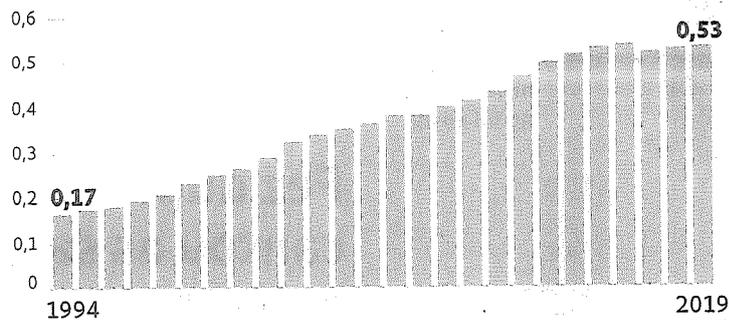
...e a população carcerária cresceu 329%,
10 vezes o crescimento da população do estado

Em milhares



A quantidade de presos de SP representava
0,17% da população total do estado no início
do período. Em 2019, ela representa 0,53%

Em %



CONTINUA

20 MAI 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Privatização de Doria

| | Primeiro modelo | Segundo modelo |
|---|--|--|
| Nomes | Gestão compartilhada | PPP (Parceria Público-Privadas) |
| Unidades | 4 CDPS (centro de detenção provisória) | Três complexos (Com 4 a 5 presídios) |
| Capacidade | 823 vagas | Entre 796 a 823 |
| Cidades | Gália ■■ Aguai ■ Registro ■ | Não definidos |
| Quem constrói | Estado | Empresas |
| Prazo de contrato | ■ 5 anos | ■ 35 anos |
| Quanto custa cada preso, por mês | Entre R\$ 3.800 e R\$ 5.500* | Valor indefinido, mas deve ficar em torno de 50% mais caro |

*Estimativa baseada em outras experiências

Fontes: Secretaria da Administração Penitenciária e Fundação Seade

20 MAI 2019

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

PESOS E MEDIDAS

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu de forma conservadora, legalista e favorável ao Estado em 63% dos casos julgados em 2018 sobre matérias trabalhistas, de saúde, tributárias e penais.

TOGA No mesmo período, 33% das decisões tiveram viés progressista e pró-sociedade. O restante terminou empatado. A conclusão é do Anuário da Justiça Brasil 2019, da editora Consultor Jurídico, que será lançado no dia 29 deste mês.

LÁ O estudo também compara as votações de cada um dos onze ministros da corte. Carmen Lúcia foi a que mais se alinhou às teses vencedoras julgadas pelo STF, fazendo-o em 96% de seus votos.

CA Por outro lado, Marco Aurélio foi o que mais defendeu teses vencidas, em 47% dos casos analisados pelo anuário.

FOLHA DE S. PAULO

VINICIUS MOTA

Emparedado e depurado

SÃO PAULO. As instituições democráticas, como previsto, estão vencendo. Elas rapidamente obrigaram o ingrediente autoritário que emergiu das eleições de outubro, misturado a interesses legítimos da sociedade, a se separar da maçaroca.

Em menos de cinco meses, o bolsonarismo vê-se isolado e depurado. Nenhuma organização relevante o apoia mais, nem sequer os principais rebentos da nova direita nascidos dos protestos de 2013.

Na burocracia federal, talvez apenas o nicho vingador de juizes, policiais e procuradores ainda resista na associação, mas as investigações no Rio contra o primogênito do clã deverão esgarçar depressa até mesmo essa solidariedade.

Sob o sol, o movimento em torno do capitão regride à célula-mãe. Paranoia, despreparo e fanatismo.

Emparedada, a seita aposta numa manifestação no domingo (26), em que só lhe restará atizar o golpismo. Contra o Supremo, contra o Congresso, contra o oficialato militar. Preparará no deserto.

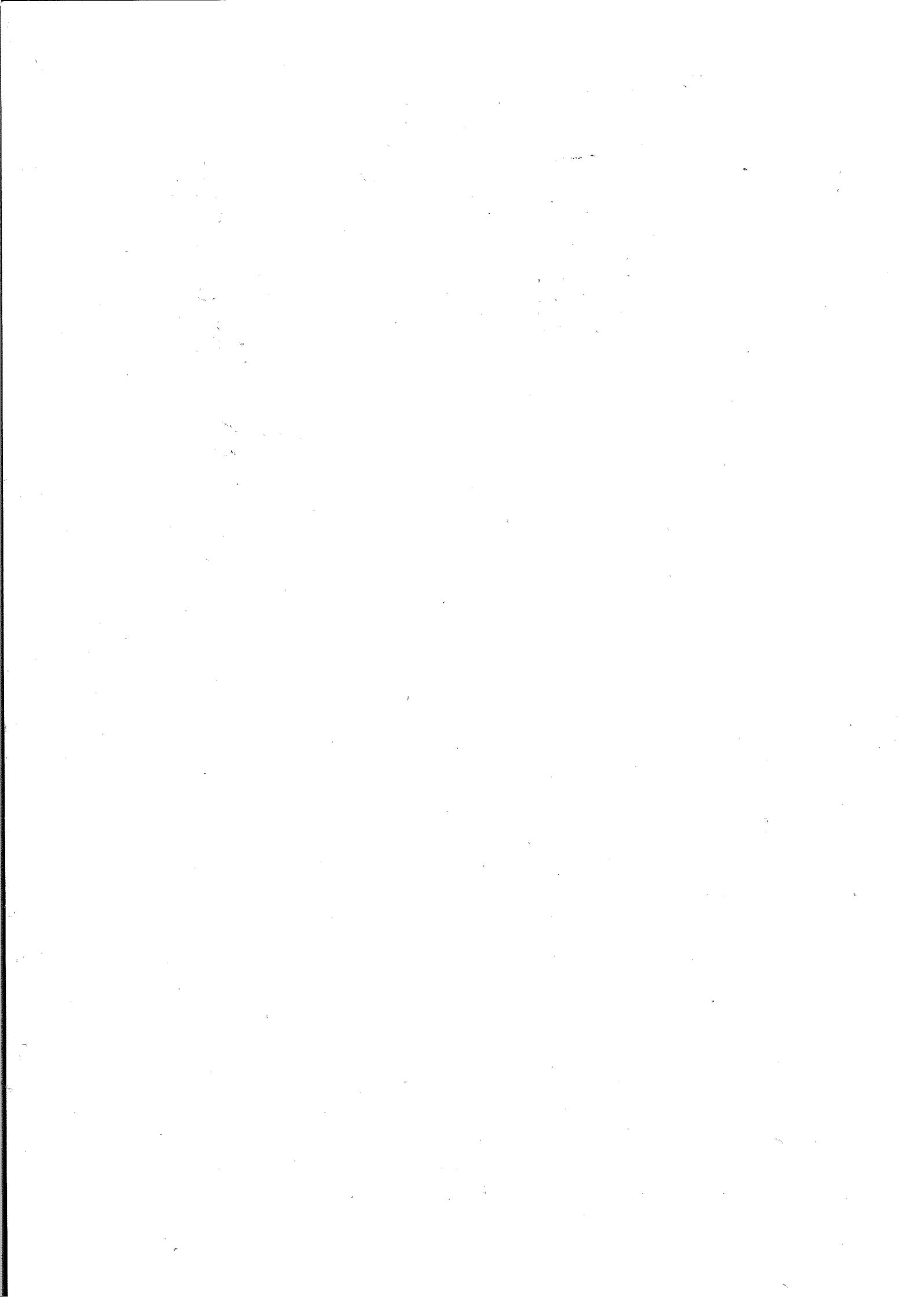
Apesar da destruição econômica que a catarse acarreta, há um valor positivo em encararmos esse contraste radical — aquilo que não queremos ser. Isso promove o autocanhamento e relativiza antinômias que outrora pareciam insolúveis.

Delineia-se, na reação ao Cérbero populista, o Partido Institucionalista. Lideranças e organizações que se esbofetearam nos últimos anos, como se combatessem o inimigo mortal, redescobrem sua filiação comum aos pactos fundamentais do civismo.

A face horrenda do monstro também favorece a autocrítica. O desejo de eliminar o adversário, a imoderação, a ojeriza à derrota política e econômica estiveram, como sempre estão, dentro de nós mesmos. Não foram domados e por isso produziram uma sequência de desgraças que nos deixaram mais pobres e rudes.

Jair Bolsonaro, reduzido a seu átomo original, talvez faça bem ao Brasil. Vai depender de como evoluirá o grande consenso que se esboça contra “isso daí”.

20 MAI 2019



INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FÁBIO CAMPANA

20 MAI 2019

Beto quer Justiça Eleitoral

O ex-governador Beto Richa – réu na Operação Rádio Patrulha – apelou ao juiz Fernando Bardelli Fischer para que seu caso seja transferido para o Tribunal Regional Eleitoral. Richa protocolou o pedido na quinta. Argumentou que as investigações e os delações apontam que propinas pagas por empresários que participaram do programa Patrulhas do Campo foram para abastecer o caixa 2 de campanha eleitoral – um delito de competência da justiça eleitoral. Seu irmão, Pepe Richa, fez o mesmo pedido na quarta.

OAB contra aposentadorias

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) indicou que vai insistir no Supremo Tribunal Federal (STF) para cessar as oito aposentadorias de ex-governadores do Paraná que ainda estão sendo pagas. Embora na quarta-feira (15) a Assembleia Legislativa tenha aprovado em primeiro turno de votação o fim do benefício previsto para os futuros ex-chefes do Palácio Iguaçu, uma outra proposta, a que deixava clara a interrupção do pagamento também para os atuais beneficiários, acabou derrotada no plenário na Casa. Informações da Gazeta do Povo.

Manutenção da ADI

Em um primeiro momento, a ideia da OAB é pedir ao STF a manutenção do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4545, proposta no início de 2011 pela entidade, e que até hoje não foi analisada pela Corte. Na ADI, a OAB pede que o STF declare inconstitucional o parágrafo quinto do artigo 85 da Constituição do Paraná, que prevê a tal verba de representação – a conhecida “aposentadoria” – para ex-chefes do Executivo.

TRF4 decreta prisão

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmou a condenação de José Carlos Bumlai por corrupção e gestão fraudulenta e determinou cumprimento da pena de 9 anos e 10 meses de prisão. Na ação, foi acusado de repassar ao PT R\$ 12 milhões emprestados do Banco Schahin, em 2004. Em troca, a Schahin Engenharia obteve a operação de um navio-sonda da Petrobras. No mesmo processo, foram condenados o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, que já está preso; e Fernando Baiano, que fez acordo de delação premiada. As informações são d'O Antagonista.

Prisão de Dirceu

A Quarta Seção do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou hoje (16) um recurso do ex-ministro José Dirceu, que buscava a reversão de sua segunda condenação na Operação Lava Jato, e determinou que ele comece de imediato a cumprir a pena de 8 anos e 10 meses pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Ao final do julgamento, foi determinada a notificação à 13ª Vara Federal de Curitiba para que providencie a prisão de Dirceu, tendo como base o entendimento atual do Supremo que permite o cumprimento de pena após o fim da tramitação do processo na segunda instância. As informações são da Agência Brasil.